

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS EDUCACIONAIS
EM CIÊNCIAS E PLURALIDADE

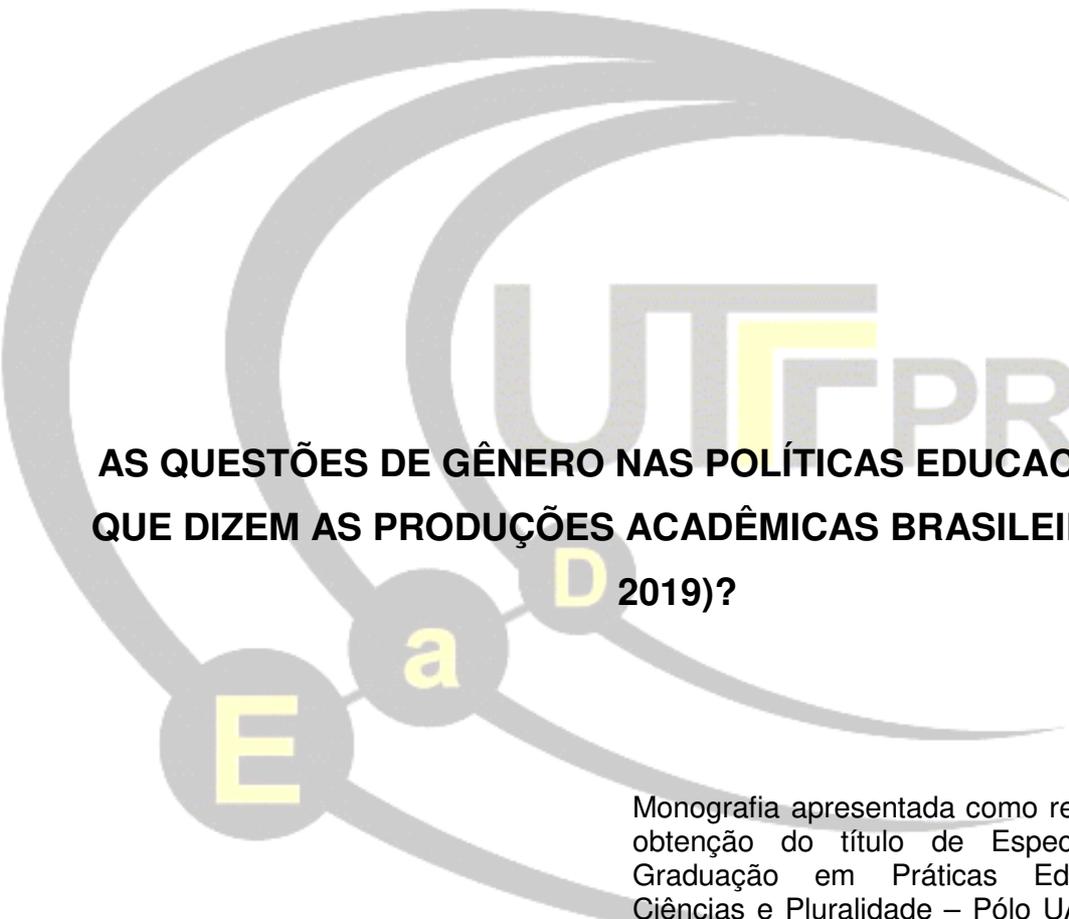
BRUNA MAYARA BONATTO

**AS QUESTÕES DE GÊNERO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O
QUE DIZEM AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS BRASILEIRAS (1988-
2019)?**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

DOIS VIZINHOS
2020

BRUNA MAYARA BONATTO



AS QUESTÕES DE GÊNERO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS BRASILEIRAS (1988-2019)?

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade – Pólo UAB do Município de Dois Vizinhos, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Dois Vizinhos.

Orientadora: Prof^a. Dra. Katia Elisa Prus Pinho

DOIS VIZINHOS

2020



TERMO DE APROVAÇÃO

As questões de gênero nas políticas educacionais: o que dizem as produções acadêmicas brasileiras (1988-2019)?

Por

Bruna Mayara Bonatto

Esta monografia foi apresentada às 10h do dia 12 de setembro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade – Pólo de Dois Vizinhos, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Dois Vizinhos. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. Dra. Katia Elisa Prus Pinho
UTFPR – Câmpus Curitiba
(orientadora)

Prof^a. Dra. Rosangela Maria Boeno
UTFPR – Câmpus Dois Vizinhos

Prof^a. Dra. Samara Ernandes Adamczuk
UTFPR – Câmpus Dois Vizinhos

Prof^a. Dra. Aline Ariana Alcântara Anacleto Marchesan
UTFPR – Câmpus Dois Vizinhos

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso.-

Dedico este trabalho aos meus familiares,
os quais sempre me motivaram.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e pelas infinitas possibilidades a mim concedidas nesta existência.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

À minha irmã, pelo apoio e carinho de sempre.

À minha orientadora professora Dra. Katia Elisa Prus Pinhopelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade, professores da UTFPR, Câmpus Dois Vizinhos.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Pensamento único é para ditadores. Verdade absoluta é para tiranos. A democracia é plural em sua essência. E é esse princípio que assegura a igualdade de direitos individuais na diversidade dos indivíduos” (CÁRMEN LÚCIA).

RESUMO

BONATTO, Bruna Mayara. As questões de gênero nas políticas educacionais: o que dizem as produções acadêmicas brasileiras (1988-2019)?. 2020. 70f. Monografia (Especialização em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, 2020.

Este trabalho teve como objetivo mapear e analisar as pesquisas acadêmicas brasileiras, que abordaram a interseção entre as políticas públicas educacionais e a abrangência das questões de gênero. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e o percurso metodológico utilizado para a resolução do problema foi a pesquisa bibliográfica, caracterizando-se como uma revisão sistemática de literatura. Foram mapeadas 31 produções acadêmicas publicadas entre os anos 2014 e 2019. Dentre elas, sete teses e 24 dissertações desenvolvidas, em sua maioria, em um Programa de Pós-Graduação em Educação. O maior número de publicações ocorreu no ano 2017. O Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro correspondem aos estados da federação que concentraram o maior número das publicações acadêmicas mapeadas. A abordagem empregada para análise dos dados integrou os métodos quantitativo e qualitativo. A análise dos dados foi organizada em duas etapas: na primeira, expõe-se a análise das produções científicas organizadas conforme a natureza, a autoria, o ano de publicação, a instituição de origem, a localização e o programa de pós-graduação; na segunda etapa apresentam-se seis categorias nas quais as publicações acadêmicas foram distribuídas de acordo com a especificidade da política pública de educação abordada pela pesquisa. Este estudo indicou que as pesquisas brasileiras acerca da abordagem das questões de gênero pelas políticas educacionais consideraram as questões de gênero e suas especificidades. A análise das produções indica que o desenvolvimento de pesquisas que apresentam análises capazes de interseccionar as políticas públicas educacionais e as questões de gênero podem fornecer resultados que possibilitam subsidiar a (re)orientação de discussões e de ações normativas no sentido de reproduzir ou exercer resistências e/ou mudanças na realidade social.

Palavras-chave: Gênero. Políticas Educacionais. Revisão sistemática de literatura.

ABSTRACT

BONATTO, Bruna Mayara. Gender issues in educational policies: what do Brazilian academic productions say (1988-2019)?. 2020. 70f. Monografia (Especialização em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, 2020.

This work aimed to map and analyze Brazilian academic research, which addressed the intersection between educational public policies and the scope of gender issues. It is a qualitative research and the methodological route used to solve the problem was bibliographic research, characterized as a systematic literature review. 31 academic publications published between the years 2014 and 2019 were mapped. Among them, seven theses and 24 dissertations developed, mostly, in a Postgraduate Program in Education. The largest number of publications occurred in the year 2017. Rio Grande do Sul and Rio de Janeiro correspond to the states of the federation that concentrated the largest number of academic publications mapped. The approach used for data analysis integrated the quantitative and qualitative methods. The data analysis was organized in two stages: in the first, the analysis of scientific productions organized according to nature, authorship, year of publication, institution of origin, location and graduate program is exposed; in the second stage, six categories are presented in which academic publications were distributed according to the specificity of public education policy addressed by the research. This study indicated that Brazilian research on the approach to gender issues by educational policies took into account gender issues and their specificities. The analysis of the productions indicates that the development of research that presents analyzes capable of intersecting public educational policies and gender issues can provide results capable of subsidizing the (re) orientation of discussions and normative actions in order to reproduce or exert resistance and/or changes in social reality.

Keywords: Gender. Educational Policies. Systematic literature review.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produção Acadêmica sobre Políticas Públicas Educacionais e Gênero – Brasil 2014-2019.....	38
Quadro 2 – Produção Acadêmica sobre Políticas Públicas Educacionais e Gênero – Brasil 2014-2019 Distribuídas em Função dos Estados da Federação.....	39
Quadro 3 – Produção Acadêmica sobre Políticas Públicas Educacionais e Gênero – Brasil 2014-2019 Distribuídas em Função das Instituições de Ensino Superior de Origem.....	40
Quadro 4 – Categorização das Produções Acadêmicas sobre Políticas Públicas Educacionais e Gênero – Brasil – 2014-2019.....	41
Quadro 5 – Produções Acadêmicas que Compõem a Revisão de Literatura Dispostas em Função da Categoria de Análise e seus Respectiveiros Autores – Brasil – 2014-2019.....	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	177
2.1 GÊNERO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: AS PERSPECTIVAS PARA O CONCEITO DE GÊNERO NA SOCIEDADE MODERNA.....	17
2.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS E GÊNERO: MARCOS NORMATIVOS NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	31
3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	33
3.3 ANÁLISES DOS DADOS	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
4.1 MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS QUE ABORDAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E GÊNERO.....	37
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E GÊNERO: O QUE REVELAM AS PESQUISAS BRASILEIRAS	41
4.2.1 Categoria I - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais e gênero pela perspectiva de governamentalidade	44
4.2.2 Categoria II - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais e gênero no contexto da América Latina	66
4.2.3 Categoria III - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais em nível nacional e gênero no contexto brasileiro	46
4.2.4 Categoria IV - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais em nível estadual e gênero no contexto brasileiro	49
4.2.5 Categoria V - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais em nível municipal e gênero no contexto brasileiro.....	51
4.2.6 Categoria VI - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais de currículo e gênero no contexto brasileiro.....	52
4.2.7 Síntese analítica das produções acadêmicas que interseccionam Políticas Públicas Educacionais e gênero – Brasil – 2014-2019	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICE	66
APÊNDICE A – Referências Bibliográficas das Produções Acadêmicas analisadas.....	67

1 INTRODUÇÃO

A partir de 1984, com o retorno da liberdade política no Brasil, a sociedade foi reorganizada para a reconstrução da democracia. Esse movimento de redemocratização promoveu o alargamento do sistema político brasileiro e a integração social, possibilitando a construção de um novo sistema de representatividade comprometido com a democracia e legitimado pela sociedade (CHAUÍ; NOGUEIRA, 2007). Após essas mudanças no cenário político brasileiro, emergiram no debate político da educação questões de minorias sociais, dentre elas as questões de gênero¹.

Estes novos debates educacionais que surgem da consolidação da democracia no Brasil, principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), representam uma conquista relevante, mas que ainda suscita desafios, dentre eles a luta pela igualdade de gênero e pelo respeito à diversidade. A educação, enquanto um aparelho ideológico do Estado, tem suas atribuições nesta luta podendo ser instrumento de reprodução ou de resistência (ALTHUSSER, 1987).

Em um contexto de regime político democrático as políticas públicas caracterizam-se como um dos instrumentos de governo. É por meio delas que são instituídas prioridades na gestão pública exercida pelos poderes do Estado. Sendo assim, a política pública consiste no “conjunto de decisões tomadas pelas instituições do Estado com o intuito de solucionar um problema que emerge do contexto de sua atribuição” (BONATTO; GÓES, 2020, p. 87).

Na CF/88 o acesso à educação é um dos principais direitos do cidadão brasileiro, fundamental para a emancipação dos sujeitos e na busca de igualdade, justiça e equidade (BRASIL, 1988). Um dos meios de impulsionar a promoção do debate das questões de gênero no âmbito das políticas educacionais é por meio do

¹ Neste estudo compreendem-se as questões de gênero enquanto aquelas que emergem da expressão da subjetividade, em constante construção na sociedade pelo agir humano, no interior da cultura ao longo da história. Assim, não se tratam somente da oposição homem e mulher, masculino e feminino. Trata-se de uma ruptura da concepção binária e heteronormativa do exercício da sexualidade considerando a existência de outros diferentes gêneros construídos e performados no âmbito social no decorrer da história. Para além de homem e mulher abrangendo toda a diversidade representada pela sigla LGBTQ+: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e *queers*, bem como toda a diversidade fluida deste aspecto da subjetividade humana, considerando a desconstrução da noção de identidade de gênero.

desenvolvimento e da divulgação de pesquisas nessa área com o intuito de conhecer seus limites e suas possibilidades, ampliando os conhecimentos no sentido de orientar a gestão das políticas públicas educacionais.

Após a CF/88, outras duas importantes legislações para a universalização do acesso à educação no país foram implementadas: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996); e a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997). Os PCNs constituem-se como um importante marco na abordagem das questões sobre gênero e diversidade na educação básica enquanto uma perspectiva de tema transversal.

Nas décadas seguintes à implementação da LDBEN e dos PCNs, a política pública que deu visibilidade às questões de gênero nas discussões políticas no âmbito da educação foi o Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004). Foi ele que inseriu as questões sobre diversidade sexual e gênero na área da educação (SOUZA, 2016). Desde então, destaca-se outras políticas e programas que também exerceram força ao debate acerca das questões de gênero no âmbito das políticas públicas educacionais: a Conferência Nacional de Educação Básica de 2008 (BRASIL, 2008); o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT² (BRASIL, 2009); e a Conferência Nacional de Educação de 2010 e de 2014 (BRASIL, 2010; 2014).

Outra medida governamental que também deu visibilidade às questões de gênero nas discussões políticas no âmbito da educação ocorreu em 2001. Por meio da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Em 2004, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e a gestão de Tarso Genro na educação, ela foi transformada na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, por meio do Decreto nº 5.159, de 28 de julho.

A SECADI foi responsável por dar atenção especializada às modalidades de Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação para as Comunidades Remanescentes de Quilombos, Educação para a População Prisional e Educação de Jovens e Adultos. Além disso, também promovia programas de educação direcionados à diversidade étnico-racial, à valorização da história, à cultura afro-

² LGBT é a sigla utilizada para designar: lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Optou-se pela utilização desta sigla, pois ela é utilizada nos documentos oficiais analisados.

brasileira, à educação ambiental e aos Direitos Humanos. De acordo com o Ministério da Educação (2020c, on-line):

Os programas e ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) buscam viabilizar o pleno acesso à escolarização e à participação de todos os estudantes, com redução das desigualdades educacionais, com equidade e respeito às diferenças. Assim, voltam-se para a formação inicial e continuada de profissionais da educação, o desenvolvimento de materiais didáticos e paradidáticos específicos, a promoção de melhoria da infraestrutura física e tecnológica para as escolas, a indução da oferta de ações de alfabetização e elevação da escolaridade de jovens e adultos, o acompanhamento da frequência escolar de estudantes em situação de vulnerabilidade social, além da articulação institucional para a implementação de diretrizes do Conselho Nacional de Educação referentes aos públicos e temáticas da Secretaria.

Sendo assim, as ações da SECADI contribuíam para a garantia do acesso ao direito à educação com qualidade e equidade, em uma perspectiva de educacional inclusiva. Esta secretaria estava comprometida com o acesso e a permanência escolar, bem como à conclusão da trajetória escolar.

No entanto, em 2019, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro e a gestão de Ricardo Vélez Rodríguez na educação, foi decretada a extinção da SECADI, por meio do Decreto nº 9.465, de dois de janeiro de 2019. Tal medida se caracteriza como um retrocesso na universalização do acesso ao direito à educação, pois suspendeu diversas ações governamentais que reconhecia a diversidade e promovia a equidade e a inclusão no processo educativo.

Tendo em vista este cenário político em que se constrói um tempo e um espaço para os debates das questões de gênero no âmbito da educação, em nível nacional, percebe-se um movimento de democratização da educação no qual se abrem novos campos e novos desafios. Considerando, também, a escassez de publicações acadêmicas que abordem as questões de gênero enquanto disposições em políticas educacionais é fundamental desvelar a perspectiva acadêmica brasileira a respeito da interseção entre gênero e políticas educacionais.

Dessa forma questiona-se: o que dizem as pesquisas brasileiras acerca da abordagem das questões de gênero pelas políticas educacionais? As políticas públicas educacionais do país levam em consideração as questões de gênero e suas especificidades? As legislações, bem como as produções acadêmicas, reconhecem a importância da abrangência da diversidade? E, ainda, em qual

perspectiva a diversidade é concebida? As pesquisas demonstram um caráter inclusivo e de resistência das políticas educacionais? Tais questões irão direcionar este estudo a fim de elucidar, a partir da realidade brasileira, como o debate das questões de gênero se estendem e/ou se materializam em políticas educacionais, bem como se essa perspectiva caracteriza-se como uma possibilidade do cumprimento da atribuição social da educação em promover a inclusão.

Para além do exposto, é relevante que a comunidade científica se mobilize no sentido de construir saberes que possibilitem a promoção da equidade impulsionando o debate das questões de gênero no âmbito das políticas educacionais em suas pesquisas.

Ao abordar as questões de gênero optou-se por uma aproximação teórica entre Foucault (2012) e a teoria butleriana de gênero. Nessa perspectiva, Butler (2003) contribuiu com a compreensão feminista de gênero ao desconstruir a noção de gênero na qual o sexo é uma característica natural do sujeito. Para a autora, o gênero é uma atribuição discursiva e cultural, defende uma concepção contextual e fluida de gênero caracterizando-o como “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003, p. 29). Ou seja, para Butler (2003) gênero é um aspecto da subjetividade construído pelos sujeitos no âmbito social ao longo da história por meio da reprodução e repetição estilizada de comportamentos e assim, conseqüentemente, pela estilização dos corpos.

Complementando, Louro (2014, p. 17) afirma que “Por certo os próprios sujeitos estão empenhados na produção do gênero e da sexualidade em seus corpos”. No entanto, este processo “não é feito ao acaso ou ao sabor de sua vontade. Embora participantes ativos dessa construção, os sujeitos não a exercitam livres de constrangimentos” (LOURO, 2014, p. 17).

Segundo a autora, “Uma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões”. Sendo assim, “É em referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que as subvertem” (LOURO, 2014, p. 17).

Esta concepção se aproxima do pensamento foucaultiano que aponta o corpo e o comportamento como o principal objeto de sujeição, principalmente nas práticas discursivas. A contribuição de Foucault (2012) para a compreensão das relações de

gênero abrange a interação entre o saber e o poder em exercício no campo das subjetividades, a qual modela, altera, influencia o corpo, o comportamento e a própria compreensão de si mesmo dos sujeitos. Portanto, a congruência entre a compreensão performática de Butler (2003; 2009) e a concepção relacional de Foucault (1988; 1999; 2012) acerca das relações de gênero caracteriza-se como uma aproximação pertinente que possibilita uma perspectiva analítica coerente com a proposta investigativa do presente estudo.

Diante deste contexto, vislumbra-se a possibilidade de investigar alguns aspectos da história recente da educação brasileira por meio de uma revisão de literatura sistemática acerca das produções acadêmicas que tensionam o debate das políticas educacionais e as questões de gênero. Acredita-se que por meio desta é possível aferir a extensão da atribuição democrática da inclusão das questões de gênero no âmbito das políticas educacionais.

Em concordância com as orientações de Mainardes (2009), uma revisão de literatura sistemática tem o objetivo de “mapear as pesquisas sobre determinado tópico, bem como sintetizar as temáticas abordadas, as abordagens teórico-metodológicas empregadas, tendências gerais de investigação, contribuições dos estudos, lacunas e sínteses das conclusões” (MAINARDES, 2009, p. 08).

Neste sentido, a presente pesquisa almeja mapear as pesquisas acadêmicas brasileiras, publicadas no período entre os anos de 1988 e 2019, que abordem a interseção entre as políticas públicas educacionais e a abrangência das questões de gênero.

Para cumprir tal proposta, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: mapear e localizar todos os trabalhos publicados no Brasil sobre “Políticas Educacionais e gênero” no período entre os anos 1988 e 2019; classificar sistematicamente os trabalhos mapeados quanto ao tipo, autoria, origem, área e data de publicação; analisar as publicações com vistas à abrangência das questões de gênero pelas políticas públicas educacionais brasileiras, discutindo-as em uma perspectiva sociológica.

Fernandes (2009) afirma que o maior desafio dos sistemas educativos na atualidade é o cumprimento do seu papel social de integrar o sujeito à sociedade da qual faz parte. Nessa perspectiva, as teorias sociológicas aplicadas à educação irão fundamentar as análises que serão realizadas neste estudo com o intuito de

compreender em que medida há a democratização das políticas públicas educacionais com a inclusão das questões de gênero em suas disposições.

O percurso metodológico utilizado para a resolução do problema de pesquisa será, sobretudo, a pesquisa bibliográfica. Essa pesquisa servirá de instrumento para a contextualização do problema e também para fundamentar a abordagem analítica deste estudo. Elencou-se para a investigação uma abordagem quantitativa e qualitativa e a perspectiva epistemológica crítica.

Além desta introdução e das considerações finais, esta monografia está organizada em três capítulos, sendo eles: “Fundamentação teórica”, nele expõe-se o referencial teórico utilizado para a revisão sistemática; “Procedimentos metodológicos” no qual é explicitado o tipo de pesquisa e as estratégias elencadas para coleta e análise dos dados da pesquisa; e, por fim, “Resultados e discussão” onde se expõem o mapeamento das produções acadêmicas, sua classificação e análise de acordo com os objetivos delimitados no presente estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste momento, expõe-se o referencial teórico que irá fundamentar a análise da revisão sistemática de literatura proposta neste estudo. Além dela, também se abordam os principais marcos normativos brasileiros que universalizam o direito à educação no Brasil, bem como dispõem acerca da inclusão das questões de gênero e diversidade no âmbito educacional.

O referencial teórico está organizado em duas seções: a primeira, denominada “Gênero e políticas educacionais: as perspectivas para o conceito de gênero na sociedade moderna”, abrange os autores consagrados no campo das questões de gênero que fundamentaram a análise a respeito das questões de gênero no âmbito das políticas educacionais brasileiras; e a segunda, intitulada “Políticas educacionais brasileiras e gênero: marcos normativos no contexto democrático”, apresenta os documentos federais relevantes para a análise das publicações acadêmicas selecionadas para o presente trabalho.

Para além do exposto, o diálogo entre o referencial teórico e a legislação brasileira possibilita a compreensão de que as questões de gênero e diversidade são relevantes no âmbito das políticas educacionais uma vez que abrangem aspectos dos sujeitos enquanto seres sociais e subjetivos. Sendo assim, compreende-se que as questões de gênero são intrínsecas ao âmbito educacional pelo exercício da cidadania em uma sociedade democrática.

2.1 GÊNERO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: AS PERSPECTIVAS PARA O CONCEITO DE GÊNERO NA SOCIEDADE MODERNA

Como este trabalho versa sobre a análise das pesquisas acadêmicas brasileiras que analisam as questões de gênero dispostas nas políticas educacionais do país é pertinente exprimir um posicionamento teórico em relação à compreensão das questões de gênero. Sendo assim, expõe-se a compreensão de gênero por meio de um referencial teórico já consagrado na literatura, bem como sua articulação

com as fontes documentais que também irão compor a análise da presente revisão sistemática.

Compreende-se a complexidade do conceito de gênero, bem como seus aspectos e sua incidência social, por meio de três teóricos: Joan Scott (1995); Michel Foucault (1988; 1999; 2012); e Judith Butler (2003; 2009).

Joan Scott (1995) se destacou no debate científico a respeito das questões de gênero ao tratá-lo enquanto uma categoria analítica capaz de produzir conhecimento histórico. Fundamentando-se na perspectiva pós-estruturalista, convergindo com os preceitos foucaultianos acerca do exercício de poder em nossa sociedade, atribui ao controle dos corpos o processo social e cultural de compreensão das questões de gênero. Para esta autora, esse processo muitas vezes é ignorado no desenvolvimento de políticas, assim como nas relações interpessoais no contexto educacional.

Scott (1995, p. 86) define gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais fundado sobre as diferenças entre os sexos” além de constituir-se como “uma maneira primeira de significar as relações de poder”. Diante de tal definição é inegável a possibilidade de analisar como a categoria gênero é abordada no âmbito das políticas públicas educacionais.

A definição elaborada por Scott (1995) pressupõe que “as relações entre os sexos constituem um dos pilares da organização social” sendo atribuição da cultura “condiciona[r] uma grande parte da identidade feminina e masculina” tendo nas “diferenças entre os sexos”, concomitantemente, “o fruto e a fonte das estruturas hierárquicas da sociedade” (SCOTT, 1995, p. 91, grifo nosso).

Para além do exposto, Scott (1995, p. 92) complementa que:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição entre homem e mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina.

Nessa perspectiva, Michel Foucault possibilitou avanços no entendimento da natureza do poder e sua integração às relações históricas entre gênero e políticas públicas. Para Foucault (1999; 2012) o gênero, enquanto construção histórica, social e cultural, exerce função no conjunto mais amplo de técnicas sociais baseadas em discursos normativos sobre a sexualidade que contribuíram diretamente para a

realização do projeto moderno de sociedade. Esses discursos normativos denotam uma ordem na qual é possível identificar enunciados de prestígio e enunciados marginalizados pela sociedade, estes enunciados, por sua vez, compõem a construção da verdade, do saber.

Apesar de Foucault não conceituar e nem abranger especificamente a categoria gênero em suas análises, na obra “História da Sexualidade” (1988) ele defende a tese de que a sexualidade é historicamente construída na cultura de acordo com os objetivos políticos da classe hegemônica. Outra obra de Foucault relevante para a compreensão e análise das questões de gênero no âmbito das políticas educacionais é a “A Arqueologia do Saber” (2012). Nela o autor expõe a integração entre discurso e poder, afirmando que a natureza do poder nem sempre é ideológica, de repressão e de interdição, mas sim produto de relações assimétricas nas quais se instituem uma ordem de autoridade e obediência.

Para Foucault (2012) é possível identificar um regime discursivo, uma ordem discursiva, assim como os processos de apropriação dos discursos, daqueles que exercem o direito de falar. O autor explica que o acesso ao saber socialmente produzido habilita o sujeito a produzir e a reproduzir discursos e, assim, influenciar tomada de decisões e na criação de instituições para determinados grupos de indivíduos.

Convergindo com esta perspectiva, Butler (2003) contribuiu com a compreensão feminista de gênero ao desconstruir a noção de que o sexo é uma característica natural do sujeito, indicando que o gênero é uma atribuição discursiva e cultural, defendendo uma concepção contextual, performática e fluida de gênero caracterizando-o como “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003, p. 29). Ou seja, para ela, gênero é um aspecto da subjetividade construída no âmbito social ao decorrer da história por meio da reprodução e repetição estilizada de comportamentos e assim, conseqüentemente, pela estilização dos corpos.

Fundamentada no pensamento foucaultiano, Judith Butler (2003) concebe os gêneros enquanto produtos, resultados, das relações de poder. Butler (2009) apropria-se da análise de Foucault acerca da invenção moderna da sexualidade Foucault (1988), para explicar que na modernidade houve a ruptura entre “[...] um regime sociopolítico em que o sexo existia como um atributo, uma atividade, uma dimensão da vida humana, e um regime mais recente em que o sexo foi

estabelecido como uma identidade” (BUTLER, 2009, p. 91). Para a autora, essa é a evidência de que o sexo, na sociedade moderna, caracteriza-se como um aspecto central na compreensão dos sujeitos. Na sociedade moderna,

[...] o sexo passou a constituir nossas identidades com um poder radical, de modo que, mais do que ter um sexo, nós passamos a 'ser' nosso sexo. De modo que, ao enunciar que um corpo é de um ou de outro sexo, o que se está produzindo não é uma descrição neutra e objetiva sobre a materialidade corporal; essa própria descrição faz emergir os corpos dentro de uma série de dispositivos de regulação, com uma demanda discursiva de que esses corpos sejam produzidos dentro de uma matriz heterossexual compulsória (LIMA; BELO, 2019, p. 04).

Nesta lógica, há o confronto de uma matriz heterossexual que cria a categorização binária (homem/mulher, macho/fêmea) na qual os corpos são passíveis de uma produção pautada em princípios de coerência e integridade, denotando naturalidade e continuidade a elementos que podem ser também descontínuos. A oposição binária entre sexos, enquanto regulação do corpo, direciona a compreensão das unidades dos gêneros a partir da oposição heterossexual, que coaduna com as relações de poder vigentes historicamente na cultura ocidental. Sendo assim, o sujeito é alguém que “[...] não apenas é o seu sexo, mas alguém que tem sexo, e, tendo-o, deve mostrar o sexo que ‘é’” (BUTLER, 2009, p. 91).

Essa compreensão do sociometabolismo³ do gênero na modernidade evidencia que os sujeitos se conformam às matrizes identitárias ontologicamente esvaziadas e reproduzem, por meio da performatividade de gênero, uma identidade sujeitada, a qual acredita ser uma expressão natural quando na verdade é uma expressão construída, ao longo da história. Para Butler (2003, p. 69), o gênero “[...] é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. Para a autora não é possível refletir acerca de gênero sem a atribuição do conceito de performatividade:

³ Termo utilizado em analogia ao conceito marxista. Sociometabolismo ou metabolismo social é um termo marxista utilizado para designar o processo de apropriação de materiais e de energia na interação entre a sociedade e a natureza, bem como sua incidência e efeitos na sociabilidade humana. Esta compreensão considera esse processo na relação entre diferentes sociedades a qual caracteriza uma forma cultural específica (TOLEDO, 2013).

[...] uma série de atos, gestos, estilizações corporais e outros elementos do discurso que, pela sua repetição citacional, engendram a ilusão óptica de que ali haveria alguma fixidez interior e anterior, uma fixidez coerente, substancial, unitária e necessária. De maneira tal que todos os performativos e performances de gênero parodiam um original que não tem estatuto ontológico, citam uma norma que não existe fora de sua própria aplicação. Os performativos e as performances fazem a paródia de um original inexistente, sem tornar isso visível aos sujeitos (LIMA; BELO, 2019, p. 04).

Esta concepção se aproxima do pensamento foucaultiano que aponta o corpo e o comportamento como o principal objeto de sujeição, principalmente nas práticas discursivas. A contribuição de Foucault para a compreensão das relações de gênero abrange a interação entre o saber e o poder em exercício no campo das subjetividades, a qual modela, altera, influencia o corpo, o comportamento e a própria compreensão de si mesmo dos sujeitos. Compreensão também relevante ao tratar do âmbito das políticas públicas.

Scott (1995), Foucault (2012) e Butler (2003), enquanto autores pós-estruturalistas, desconstróem a ideia de “identidade de gênero”. Percebe-se a utilização frequente do termo “identidade de gênero” tanto no senso comum, como em estudos que abrangem gênero e sexualidade na área da Educação.

No entanto, de acordo com as concepções dos autores pós-estruturalistas supracitados, a ideia de “identidade de gênero” é equivocada, pois ela não existe. Eles se posicionam contrariamente às políticas identitárias. Trabalham, enquanto pós-estruturalistas, com o conceito de desconstrução, pensam que cada sujeito tem uma expressão da sua subjetividade e, sendo, assim não há a possibilidade de categorização dos sujeitos.

Quando se utiliza o termo identidade há, conseqüentemente, a categorização dos sujeitos e é a desconstrução deste conceito de identidade, o qual categoriza os sujeitos, que os autores Scott (1995), Foucault (2012) e Butler (2003) tensionam em seus estudos. Como orienta Butler (2017, on-line):

Nossas ideias de masculino e feminino variam de acordo com a cultura, e esses termos não possuem significados fixos. Eles são dimensões culturais de nossas vidas que assumem formas diferentes e renovadas no decorrer da história e, como atores históricos, nós temos alguma liberdade para determinar esses significados.

Ainda de acordo com os autores supracitados, destaca-se que em suas compreensões o gênero não se limita ao exercício da sexualidade, mas engloba,

também, a subjetividade dos sujeitos. A principal questão pensada ao estudar gênero pelo pós-estruturalismo se relaciona com a forma como os sujeitos se organizam subjetivamente.

O gênero pela ótica pós-estruturalista é um exercício subjetivo. A forma como o sujeito se organiza dentro do seu gênero é a forma como ele se organiza subjetivamente, é um dispositivo de subjetividade, pouco tem a ver com o sexo biológico. Estes autores não negam a existência de uma diferença natural entre os sexos, como bem explica Butler (2017, on-line):

[...] embora destaque a existência de paradigmas científicos divergentes para determinar as diferenças entre os sexos e observe que alguns corpos possuem atributos mistos que dificultam sua classificação. [...] a sexualidade humana assume formas diferentes e que não devemos presumir que o fato de sabermos o gênero de uma pessoa nos dá qualquer pista sobre sua orientação sexual. Um homem masculino pode ser heterossexual ou gay, e o mesmo raciocínio se aplica a uma mulher masculina.

Butler (2003) problematiza a distinção entre sexo e gênero, questionando a construção variável da identidade. Para ela, os processos de categorização dos sujeitos precisam excluir e naturalizar, uma compreensão que precisa ser superada, pois os sujeitos não manifestam sua subjetividade de modo permanente e estável.

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade e feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2010, p. 201).

Sendo assim, pela concepção pós-estruturalista, o sexo não é o produto exclusivo de uma determinação biológica, sendo mais complexa, pois abrange os processos discursivos que são desenvolvidos no interior das culturas no decorrer da história.

Portanto, a congruência entre o conceito de gênero sócio-historicamente construído de Scott (1995), complementada pela compreensão performática exposta por Butler (2003), junta à concepção relacional de Foucault (2012) acerca das relações de gênero caracteriza-se como uma aproximação pertinente que possibilita uma perspectiva analítica coerente com a complexidade do objetivo do presente estudo.

Na próxima seção, expõem-se os principais marcos normativos brasileiros acerca da diversidade de gênero no âmbito educacional.

2.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS E GÊNERO: MARCOS NORMATIVOS NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO

Compreende-se política pública educacional enquanto um conjunto de decisões tomadas pelas instituições do Estado com o intuito de garantir o acesso ao direito à educação, bem como para solucionar as demandas educacionais da nação. Assim, as políticas educacionais explicitam interesses e prioridades do Estado e estão relacionadas às decisões que ele toma em relação à educação. As ações do Estado a respeito da educação no país são oriundas de suas regulamentações (legislação), programas e projetos voltados aos diversos âmbitos educacionais (BONATTO; GÓES, 2020).

Desde a reconstrução da democracia no Brasil, principalmente a partir da promulgação da CF/88, houve muitas conquistas importantes no exercício dos direitos dos cidadãos brasileiros. No entanto, é ainda mais recente a preocupação governamental com a extensão do direito à educação considerando a diversidade e a inclusão que ainda suscita desafios, dentre eles o debate das questões de gênero no âmbito das políticas públicas educacionais.

O acesso à educação é um dos principais direitos do cidadão brasileiro, fundamental para a emancipação dos sujeitos e na busca de igualdade, justiça e equidade. Um dos meios de impulsionar a promoção desse acesso é o desenvolvimento e a divulgação de pesquisas na área com o intuito de conhecer suas possibilidades, reconhecer suas limitações, ampliando os conhecimentos no sentido de (re)orientar a gestão das políticas públicas educacionais.

Para além do exposto, a discussão das questões de gênero no âmbito acadêmico é recente, desde a década de 1980. Como orienta Carrara (2009), a discussão das questões de gênero precisam ser fundamentadas em:

[...] uma perspectiva não-essencialista em relação às diferenças. A adoção dessa perspectiva justifica-se eticamente, uma vez que o processo de

naturalização das diferenças étnico-raciais, de gênero ou de orientação sexual, que marcou os séculos XIX e XX, vinculou-se à restrição do acesso à cidadania a negros, indígenas, mulheres e homossexuais (CARRARA, 2009, p. 13).

Neste contexto, mais recente ainda é a discussão das questões de gênero nas pautas governamentais para a educação. As discussões em torno da inclusão da diversidade sexual no âmbito da educação se difundiram no país a partir dos anos 1990, considerando a CF/88 como o ponto de partida destas discussões.

Considerando a escola enquanto uma instituição de disputas políticas no campo da diversidade sexual e de gênero, constituindo-se também como espaço de organização e normatização, concorda-se com Louro (2014, p. 91), ao afirmar que a escola é um “dispositivo de governo e de controle que além de refletir certas condições, ela as produz”. Para além do exposto, Louro (2000) orienta que a

[...] escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou de bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância (LOURO, 2000, p. 30).

Sendo assim, é relevante que a comunidade científica que aborda as questões das políticas educacionais brasileiras se mobilize no sentido de promover a equidade de gênero abordando essa categoria em suas pesquisas.

Na formulação da CF/88, a Assembleia Constituinte, as questões da diversidade sexual e de gênero foram realizadas por meio de subcomissões que debateram as questões de: gênero; igualdade; tutela de vida; relações familiares; e relações de trabalho. Apesar disso o texto constitucional de 1988 não dispõe especificamente à diversidade e à orientação sexual, mas em seu terceiro artigo está disposto que os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são:

[...] IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988, on-line).

Este artigo da CF/88 especifica o reconhecimento da igualdade entre os brasileiros perante o Estado, destacando a igualdade entre os sexos. As questões acerca de gênero, bem como orientação e diversidade sexual, embora muito debatidos nas comissões não foram dispostas no texto da constituição. Na mesma abordagem, também de forma generalista, os direitos universais à igualdade e à educação constam no capítulo denominado Educação da CF/88, sem especificar as demandas das minorias, da diversidade:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988, on-line).

Outro aspecto da CF/88 relevante à discussão das questões de gênero e de diversidade sexual é a disposição de família que, no artigo 226, reconhece a heterossexualidade como norma:

- A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

[...] § 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (BRASIL, 1988, on-line).

Os aspectos da CF/88 aqui destacados não negam a legitimidade da universalização de direitos sociais no Brasil, “bem como sua importância na estruturação de políticas públicas e ações afirmativas empenhadas em diminuir os abismos sociais que modelaram historicamente a sociedade brasileira” (SOUZA, 2016, p. 73). No entanto, é imperativo o reconhecimento da necessidade do Estado avançar no sentido de que eles sejam de fato garantidos de modo universal abrangendo a diversidade.

Após a CF/88, na esteira da democratização, houve a promulgação de outra legislação federal muito importante para o exercício do direito à educação: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996). Nela está disposto em seu primeiro artigo que:

[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, on-line).

Além disso, destaca-se dentre os princípios básicos dispostos na LDBEN (BRASIL, 1996, on-line) a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”; o “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas”; e o “respeito à liberdade e apreço à tolerância”.

Observa-se que a universalização do direito à educação, por meio do Estado, disposta na CF/88 é reforçado pela LDBEN. No entanto, como bem orienta Souza (2016, p. 74) “é preciso lembrar que o direito à educação só se concretiza quando o Estado e a sociedade assumem o papel ativo de elaborar as políticas públicas”.

Após a CF/88 e a LDBEN que instituíram a educação como um direito universal no Brasil, em 1997, houve a criação dos PCNs. Eles constituem-se como um importante marco na abordagem das questões sobre gênero e diversidade na educação básica enquanto uma perspectiva de tema transversal. De acordo com Louro (2000), os PCNs caracterizam o marco inaugural na efetivação curricular das questões acerca de gênero e diversidade. Os PCNs além de proporem a reestruturação das disciplinas dos ensinos fundamental e médio também incluíram os temas transversais, considerando-os como conhecimentos indispensáveis na formação educacional e social dos sujeitos (LOURO, 2000). Sendo assim, acerca de gênero e sexualidade, os PCNs orientam:

Propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio eleger como seus (BRASIL, 1997, p.83).

A respeito dos temas transversais, os PCNs especificam as questões de gênero no tema transversal denominado Orientação Sexual. Ele indica a necessidade de abordar a educação sexual nas escolas dispondo para tal os

seguintes conteúdos: Corpo: matriz da sexualidade; Relações de gênero; e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. A respeito das relações de gênero, o objetivo do tema transversal consiste em:

[...] combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Como exemplo comum pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas. As diferenças não devem ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividas a partir da singularidade de cada um, apontando para a equidade entre os sexos (BRASIL, 1997, p. 99).

Os PCNs tiveram um importante papel na inclusão do debate das questões de gênero e diversidade no âmbito educacional acerca na perspectiva do exercício da cidadania. Desde então, destaca-se outras políticas e programas que também exerceram um papel de impulsionar o debate acerca das questões de gênero no âmbito das políticas públicas educacionais.

Posteriormente, a política pública que deu visibilidade às questões de gênero nas discussões políticas no âmbito da educação foi o Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004). Foi ele que inseriu as questões sobre diversidade sexual e de gênero na área da educação (SOUZA, 2016). Nele a educação é indicada como um dos seus objetivos centrais:

Um dos objetivos centrais deste programa é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos. Buscamos a atitude positiva de sermos firmes e sinceros e não aceitarmos nenhum ato de discriminação e adotarmos um “não à violência” como bandeira de luta (BRASIL, 2004, p. 07).

Neste documento, a educação caracteriza-se como um dos eixos de ações, destinando-se o item V a ela:

V - Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual: Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e a não discriminação por orientação sexual:

- Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área de sexualidade;
- Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;

- Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
- Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
- Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; - Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de LGBT;
- Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de 90 homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas (BRASIL, 2004, p. 22-23).

A Conferência Nacional de Educação Básica, realizada em 2008, teve como resultado a elaboração das diretrizes do Plano Nacional da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2009). Neste documento as disposições acerca da educação são as seguintes:

5.12. Inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, sob abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero; 5.14. Inserção do tema direitos humanos, com ênfase nos direitos e na cidadania de LGBT, nos concursos públicos do Governo Federal; 5.15. Garantia, a estudantes LGBT, do acesso e da permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero; [...] 5.23. intersectorialidade e transversalidade na proposição e implementação das políticas públicas: o combate à homofobia requer ações integradas entre as áreas da educação, saúde e segurança, dentre outras; [...] 5.27. Produção de conhecimento sobre o tema LGBT: gerar e sistematizar informações sobre a situação de vida da população LGBT a fim de subsidiar a implementação de políticas públicas em defesa de seus direitos sociais; [...] 5.29. Educação e informação da sociedade para o respeito e a defesa da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero; 5.30. Utilização de peças educativas e informações atraentes, criativas e com linguagem adequada aos vários públicos aos quais serão dirigidas; 5.31. Inserção do enfrentamento à homofobia e à discriminação de gênero nos programas educativos desenvolvidos pelos órgãos municipais, estaduais e distrital de assistência social; 5.32. Formação e capacitação contínua de atores públicos e sociais na temática da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero; 5.33. Formação e capacitação de lideranças LGBT; 5.34. Inserção da temática LGBT nos meios e veículos de comunicação pública para promover a visibilidade dos direitos humanos e da cultura da(o)s cidadã(o)s LGBT, com uso de uma linguagem sem cunho discriminatório, que respeite as identidades de gênero, orientação sexual, raça e etnia, religião, ideologia, jovens, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência; [...] 5.36. Fomento a projetos e atividades de entidades privadas e da sociedade civil sobre o tema da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero; [...] 5.46. Desenvolvimento de ações e práticas de Educação em Saúde nos serviços do SUS e de Educação em Saúde nas Escolas com ênfase na orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2009, p.14-19).

Outros documentos importantes para a abordagem da discussão das questões de gênero no âmbito educacional brasileiro são os relatórios da Conferência Nacional de Educação de 2010 e de 2014 (BRASIL, 2010; 2014). Estas

conferências correspondem aos fóruns mais importantes no desenvolvimento das políticas educacionais em nível nacional, pois delas emergem os planos nacionais para a educação. As duas edições aqui destacadas são relevantes devido às contribuições no debate das questões de gênero.

No que diz respeito às questões acerca da diversidade e relativas às minorias, o documento da Conferência Nacional de Educação de 2014 as trata de maneira generalista enquanto políticas afirmativas, políticas de inclusão e universalização do direito à educação:

[...] políticas de valorização da diversidade, superação das desigualdades religiosa, sexual, de identidade de gênero, indígenas, negros, quilombolas, LGBT, povos tradicionais, povos da floresta, povos das águas, povos do campo, pessoas com deficiência, prevenção às violências, mediação de conflito e inclusão escolar (BRASIL, 2014, p. 34).

Nessa perspectiva dentre as 97 proposições e estratégias dispostas no Eixo II, denominado Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos, somente quatro referem-se às questões de diversidade de gênero:

54 - Garantir as especificidades do público LGBT nas escolas, destacando-se o acesso dos transexuais e travestis ao banheiro de acordo com sua identidade de gênero.

[...] 83 – Incluir, no Calendário Escolar, o Dia Internacional de Combate à Homofobia (17 de maio).

[...] 90 – Implementar políticas públicas para a conscientização dos profissionais de educação em relação às famílias homoafetivas.

[...] 96 – Garantir a representação da categoria LGBT nos conselhos educacionais (BRASIL, 2014, p. 45-50).

E, na mesma postura, o PNE (BRASIL, 2014-2024) – Lei nº 13.005/2014 –, vigente atualmente, aborda em suas disposições as questões de gênero de modo generalista detendo-se ao tema do combate à discriminação e violências às populações do campo, aos indígenas e aos quilombolas, aos alunos com necessidades educacionais especiais, às pessoas privadas de liberdade, dentre outros, sem mencionar especificamente as questões de diversidade de gênero em uma de suas das ações.

Sendo assim, evidencia-se no PNE (BRASIL, 2014-2024) um esvaziamento da temática das questões de gênero e diversidade enquanto um resultado das Conferências Nacionais de Educação de 2010 e 2014.

Neste cenário, o tensionamento da discussão das questões de gênero e diversidade no âmbito das políticas educacionais brasileiras precisa ser retomados, pois caracteriza-se como aspecto do exercício da cidadania em uma sociedade democrática e na qualidade da educação que é tida como um direito fundamental humano e universal no Brasil.

Por fim, por meio da articulação de referenciais analíticos expostas, bem como do conteúdo das fontes documentais apresentadas, pretende-se materializar os objetivos propostos pelo estudo, além de apontar a possibilidade de gerar novos debates teóricos a respeito da inserção das questões de gênero no âmbito das políticas educacionais brasileiras.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo é destinado a esclarecer, com base na literatura pertinente, quais foram as opções metodológicas elencadas, assim como descrever o percurso metodológico empregado no alcance dos objetivos propostos.

O percurso metodológico apresenta-se por meio de três seções: a primeira, “Tipo de pesquisa”; a segunda, “Instrumentos de coleta de dados”; e, por fim, “Análise de dados”.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2002, p. 44), este tipo de pesquisa

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

De acordo com o autor, “Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas” (GIL, 2002, p. 44). Este é o caso da presente pesquisa que tem o objetivo de constatar como as publicações brasileiras acerca das políticas educacionais estão abordando as questões de gênero em suas análises.

Sendo assim, em relação a este objetivo, a presente pesquisa pode ser classificada como exploratória, pois “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”, para promover o “aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41).

Esta pesquisa bibliográfica se caracteriza, ainda, como uma revisão de literatura sistemática e tem o objetivo de:

[...] mapear as pesquisas sobre determinado tópico, bem como sintetizar as temáticas abordadas, as abordagens teórico-metodológicas empregadas, tendências gerais de investigação, contribuições dos estudos, lacunas e sínteses das conclusões (MAINARDES, 2009, p. 08).

Elencou-se esta abordagem metodológica, pois o desenvolvimento de revisões sistemáticas “relaciona-se também à análise e à sistematização de evidências apresentadas por diferentes pesquisadores sobre um mesmo tópico (*evidence-based*), com o objetivo de contribuir para a construção de práticas mais efetivas” (MAINARDES, 2009, p. 08).

Neste sentido, a presente pesquisa mapeou as pesquisas acadêmicas brasileiras, publicadas no período entre os anos de 1988 e 2019, que abordaram a interseção entre as políticas públicas educacionais e a abrangência das questões de gênero. De acordo com Mainardes (2009) há vários tipos de revisão de literatura:

a) revisões de natureza exploratória e preliminar, que visam mapear as pesquisas sobre um determinado tópico, bem como sintetizar as temáticas abordadas, abordagens teórico-metodológicas empregadas, tendências gerais de investigação, contribuições dos estudos, lacunas e síntese das conclusões; b) revisões mais sofisticadas, capazes de análises mais minuciosas dos achados de pesquisas, estabelecendo comparações e inferências a partir das evidências apresentadas por elas e c) a meta-análise, que busca agregar as conclusões de estudos comparáveis (MAINARDES, 2009, p. 08).

A pesquisa desenvolvida enquadra-se no primeiro tipo de revisão dentre os especificados acima, pois “não tem a pretensão de constituir-se em uma revisão comparativa e minuciosa; buscamos destacar padrões e tendências mais genéricas” (MAINARDES, 2009, p. 08).

Na próxima seção são expostos os instrumentos de coleta de dados elencados no desenvolvimento do presente estudo.

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foram mapeadas as produções científicas que investigaram a interseção entre políticas públicas educacionais e as questões de gênero no Brasil, defendidas no período entre os anos 1988 e 2019. Este período engloba o ano da promulgação da CF/88, considerada como marco político para a abertura do diálogo das questões de gênero no âmbito educacional e o ano 2019 que consiste no tempo presente recente, uma vez que o ano 2020 está em andamento.

A busca pelas pesquisas foi realizada no período entre março e maio de 2020, nas principais bases de dados acadêmicos: no Banco de Teses e Dissertações da CAPES; na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); na Plataforma Sucupira; no periódico Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – periódico científico editado pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE⁴⁵). Houve o cuidado em manter o mesmo termo para a busca nas diferentes bases de dados. A palavra-chave utilizada foi ‘política pública educacional gênero’.

Foram mapeados 1001 trabalhos, dentre os quais foram selecionados 31 para este estudo, sendo: sete teses e 24 dissertações, dentre elas uma dissertação desenvolvida em um programa de Mestrado Profissional. Sendo este o material analisado. A busca por artigos na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação não obteve resultados, isto é, não foi encontrada alguma publicação no periódico que aborde a temática das políticas educacionais e gênero.

Todas as publicações acadêmicas que compõe a presente revisão sistemática tratam do tema acerca das questões de gênero inseridas no âmbito das políticas educacionais brasileiras. O critério para inclusão dos trabalhos mapeados foi a explícita interseção entre política pública educacional e gênero, isto é, quando o

⁴ Sítio eletrônico das bases de dados consultadas de acordo com a ordem de apresentação no texto:
 <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>;
 <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>;
 <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/listaTrabalhoConclusao.jsf>>;
 <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/index>>.
 <<https://anpae.org.br/website/>>.

⁵ Foram elencados tanto o periódico quanto os eventos promovidos pela ANPAE devida sua relevância e qualidade acadêmica no âmbito das políticas educacionais.

objeto de estudo da publicação corresponde a uma política educacional e sua análise e discussão abrange as questões de gênero.

Mesmo com a vigilância no rigor necessário na coleta de dados, há a possibilidade de alguma publicação não ser incluída neste levantamento devido a falta de um banco de dados científicos universal. A dispersão dos trabalhos em diferentes bancos de dados torna a busca complexa podendo haver a incapacidade de detecção de publicações.

A estratégia de análise de dados empregado nesta revisão sistemática é apresentada na próxima seção.

3.3 ANÁLISES DOS DADOS

A abordagem empregada para análise dos dados integrou os métodos quantitativo e qualitativo, pois se acredita na contribuição empírica dessa integração.

A pesquisa quantitativa se caracteriza pelo uso da quantificação, seja na coleta quanto no tratamento dos dados podendo ser utilizadas técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999). O método qualitativo foi definido por Minayo (2010, p. 57) como:

[...] o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. [...] as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.

Considerando a contribuição analítica que emerge da integração entre a abordagem quantitativa e qualitativa dos dados foi esta a abordagem eleita para o presente estudo. Nesta perspectiva concorda-se com Demo (2002, p. 35) quando afirma que “não faz nenhum sentido desprezar o lado da quantidade, desde que bem feito” e, em vez disso, “só tem a ganhar a avaliação qualitativa que souber se cercar inteligentemente de base empírica, mesmo porque qualidade não é a contradição lógica da quantidade, mas a face contrária da mesma moeda” (DEMO, 2002, p.35).

A integração entre as abordagens quantitativa e qualitativa mostra-se a serviço do objetivo da pesquisa, considerando que suas potencialidades analíticas são complementares.

A análise das produções acadêmicas que compõem a revisão sistemática de literatura fundamentou-se em teorias já consagradas a respeito das questões de gênero, especificamente de três teóricos: Joan Scott (1995); Michel Foucault (1988; 1999; 2012); e Judith Butler (2009; 2003). Além deles, foram consultadas fontes documentais relevantes para a análise das questões de gênero no âmbito das políticas públicas educacionais, sendo elas: a Conferência Nacional de Educação Básica de 2008 (BRASIL, 2008); o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2009); a Conferência Nacional de Educação de 2010 e 2014 (BRASIL, 2010; 2014); e o Plano Nacional de Educação (2014-2024) (BRASIL, 2014-2024).

A análise é apresentada em duas etapas no Capítulo 4, denominado “Resultados e Discussão”, e foi organizada por meio de duas seções: a sessão “Mapeamento das produções acadêmicas que abordam as políticas públicas de educação e gênero” apresenta a análise das produções científicas organizadas conforme a natureza, a autoria, o ano de publicação, a instituição de origem, a localização e o programa de pós-graduação; já na seção “Políticas públicas de educação e gênero: o que revelam as pesquisas brasileiras” apresentam-se seis categorias nas quais as publicações acadêmicas foram distribuídas para análise. No próximo capítulo está disposta a análise dos dados para apreciação por meio da discussão dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde a reconstrução da democracia no Brasil, na década de 1980, principalmente a partir da promulgação da CF/88, houve muitas conquistas importantes no exercício dos direitos dos cidadãos brasileiros. No entanto, é ainda mais recente a preocupação governamental com a extensão do direito à educação considerando a diversidade e a inclusão que ainda suscita desafios, dentre eles o debate das questões de gênero no âmbito das políticas públicas educacionais.

O conceito de gênero é uma construção social, no interior da cultura, no decorrer do tempo na história do agir humano (SCOTT, 1995), enquanto uma atribuição discursiva e cultural dos sujeitos que se manifesta de forma contextual e fluida (BUTLER, 2003), pois o corpo e o comportamento consistem no principal objeto de sujeição, principalmente nas práticas discursivas (FOUCAULT, 2012). Esta compreensão é relevante ao tratar do âmbito das políticas públicas, pois possibilita uma perspectiva analítica coerente com a complexidade da abordagem das questões de gênero nas decisões políticas.

As políticas educacionais explicitam interesses e prioridades do Estado e estão relacionadas às decisões que ele toma em relação à educação. As ações do Estado a respeito da educação no país são oriundas de suas regulamentações (legislação), programas e projetos voltados aos diversos âmbitos educacionais. O cenário exposto no capítulo anterior demonstra que há um arcabouço político no Brasil que abrange as questões de gênero no âmbito das políticas educacionais.

Neste cenário, a promoção do debate das questões de gênero e diversidade precisa ser retomado, pois caracteriza-se como um dos aspectos do exercício da cidadania em uma sociedade democrática. Sendo assim, compreende-se que as instituições acadêmicas são legitimadas como *lócus* de produção de saberes, e verdades, destacando-se pelo poder de influência que podem exercer na legitimação de discursos (FOUCAULT, 2012).

Tratando-se de políticas públicas, se faz necessário refletir sobre a atribuição da influência acadêmica no tensionamento das questões de gênero no campo das políticas educacionais, uma vez que esta influência é empregada para (re)orientar discussões e ações no sentido de reproduzir ou exercer resistências e/ou mudanças na realidade social.

Nesta perspectiva, o presente trabalho analisa a produção acadêmica brasileira que aborda a interseção entre políticas públicas educacionais e gênero com o intuito de explorar a performance discursiva acadêmica nesta área. Organizado em 6 (seis) categorias, este capítulo apresenta os resultados da revisão de literatura sistemática, em concordância com as orientações de Mainardes (2006, p. 08), no intuito de “mapear as pesquisas sobre determinado tópico, bem como sintetizar as temáticas abordadas, as abordagens teórico-metodológicas empregadas, tendências gerais de investigação, contribuições dos estudos, lacunas e sínteses das conclusões”.

4.1 MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS QUE ABORDAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E GÊNERO

Foram mapeadas produções científicas brasileiras que abrangem as questões de gênero e as políticas educacionais, defendidas no período entre os anos 2015 e 2019, desvelando, a partir destas, a incidência das questões de gênero no debate acerca das políticas educacionais do país.

A abordagem empregada para análise dos dados integrou os métodos quantitativo e qualitativo, pois se acredita na contribuição empírica dessa integração. Nessa perspectiva, as produções encontradas foram analisadas em duas etapas: na primeira etapa as produções científicas foram organizadas conforme a natureza, o ano de publicação, a instituição e o programa de pós-graduação de origem e a localização; na segunda etapa as publicações foram categorizadas para análise.

Neste estudo, 31 publicações acadêmicas foram selecionadas para a análise de revisão sistemática de literatura, sendo: sete teses e 24 dissertações, dentre elas uma dissertação desenvolvida em um programa de Mestrado Profissional.

Supõe-se que o maior número de dissertações em detrimento do número de teses ocorre devido ao acesso à educação em nível de Pós-Graduação no país. O número de programas em nível de mestrado é maior que o número em nível de doutorado (MEC, 2020a).

Além disso, como explicitado no Capítulo 2, o debate das questões de gênero no campo das políticas educacionais é recente no país, ganharam pauta na agenda

política e governamental de maneira mais vigorosa a partir do ano 1997, com a criação dos PCNs. De acordo com Louro (2000), os PCNs caracterizam o marco inaugural na efetivação curricular das questões acerca de gênero e diversidade no país.

Nesse sentido, há a necessidade de desenvolver estudos que interseccionem gênero e políticas educacionais, uma vez que este debate emerge da recente ‘preocupação’ política em abranger as questões de gênero nas disposições normativas brasileiras relativas ao direito à educação. E, assim, as dissertações desempenham uma atribuição acadêmica, social e política desvelando e discutindo as peculiaridades das questões de gênero no acesso à educação.

O recorte temporal foi delimitado entre os anos 1988 e 2020, anos que compreendem a promulgação da CF/88, que instituiu a educação como direito universal no país, até o ano da realização do mapeamento das produções acadêmicas. Embora seja amplo o período estipulado para a busca, as publicações que compõe esta revisão foram publicadas no período entre os anos 2014 e 2019. A distribuição das pesquisas de acordo com o ano de publicação está apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Produção acadêmica sobre Políticas Públicas Educacionais e Gênero – Brasil 2014-2019

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
(Qt)	02	05	04	11	06	03	31

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observa-se que o ano em que ocorreu o maior número de publicações foi 2017. A maioria das pesquisas analisadas se desenvolveu vinculada aos Programas instituídos em Universidades do Estado do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, como pode ser observado na Quadro 2.

Quadro 2 – Produção acadêmica sobre Políticas Públicas Educacionais e Gênero – Brasil 2014-2019 distribuídas em função dos Estados da Federação

ESTADO DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
Acre	1
Distrito Federal	1
Espírito Santo	1
Minas Gerais	4
Paraíba	1
Paraná	1
Pernambuco	3
Rio de Janeiro	5
Rio Grande do Norte	1
Rio Grande do sul	6
Santa Catarina	2
São Paulo	4
Tocantins	1
TOTAL: 31	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Constatou-se, também, que a maioria das pesquisas, 30 dentre as 31 analisadas, foi desenvolvida em um Programa de Pós-graduação em Educação. Uma foi desenvolvida em um Programa de Pós-graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares, mestrado profissional, e a outra em um Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Violência. Compondo uma variedade de três programas de pós-graduação.

Compreende-se que a temática das produções analisadas é complexa e, desse modo, necessita da apropriação de teorias diversas, porém as publicações se insere no âmbito da educação, pois tratam das políticas públicas de educação e sua abrangência das questões de gênero, sendo imperativa a apropriação dos aportes epistemológicos e metodológicos do campo da Educação. Acredita-se que por esta especificidade da temática as pesquisas que tratam dela tenham maior incidência nos Programas de Pós-graduação em Educação.

Por fim, o Quadro 3 apresenta as Instituições de Ensino superior que subsidiaram o desenvolvimento das pesquisas.

Quadro 3 – Produção acadêmica sobre Políticas Públicas Educacionais e Gênero – Brasil 2014-2019 distribuídas em função das Instituições de Ensino Superior de origem

UNIVERSIDADE	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO	1
CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE	1
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	1
UNIVERSIDADE DE UBERABA	2
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	1
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	1
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	4
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	1
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	2
	TOTAL: 31

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os dados expostos no quadro anterior nos permitem observar que a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, localizada no estado de São Paulo, subsidiou o maior número de investigações, quatro dentre as 31, que interseccionam políticas educacionais e gênero. Relacionando este dado com o número de pesquisas realizadas no estado de São Paulo (Quadro 2), constata-se que todas as investigações realizadas neste estado foram subsidiadas pela UNICAMP.

Após a leitura das produções acadêmicas que compõem essa revisão, A categorização e sua respectiva análise será exposta na próxima seção.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E GÊNERO: O QUE REVELAM AS PESQUISAS BRASILEIRAS

Foram delimitadas seis categorias para a análise das produções acadêmicas inventariadas, de acordo com a especificidade da política pública de educação abordada pela pesquisa. Nesse processo constatou-se que as publicações trataram das políticas, programas e projetos educacionais: no âmbito da governamentalidade; no contexto da América Latina; em nível federal, estadual e/ou municipal; e na área de currículo.

Destaca-se que a compreensão da política pública educacional, enquanto ação de governo diante das demandas educacionais, abrangem os programas e projetos educacionais, uma vez que estes últimos só se materializam enquanto subsídios de uma política educacional no intuito de operacionalizar a política no contexto da prática.

Para melhor visualização, o material inventariado foi organizado em seis categorias, as quais estão expostas nos Quadros 4 e 5.

Quadro 4 – Categorização das produções acadêmicas sobre Políticas Públicas Educacionais e gênero – Brasil – 2014-2019 (continua)

<p>CATEGORIA (I) - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais e gênero pela perspectiva de governamentalidade (quatro produções):</p> <ul style="list-style-type: none"> -Educação para superação da desigualdade de gênero no primeiro governo Dilma: uma crítica à luz do marxismo; -Legisladores do desejo: uma etnografia das diferenças na educação infantil a partir dos debates da ideologia de gênero; -Gêneros e sexualidades no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: discutindo pedagogias culturais e estratégias de governamentalidade; -Escola sem partido: um ataque direto as políticas educacionais de gênero no Brasil.
<p>CATEGORIA (II) - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais e gênero no contexto da América Latina (uma produção):</p> <ul style="list-style-type: none"> -Políticas de educação que tratam de gênero e sexualidades na América Latina: um Estudo sobre Brasil e Uruguai.
<p>CATEGORIA (III) - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais em nível nacional e gênero no contexto brasileiro (10 produções):</p> <ul style="list-style-type: none"> -Relações de gênero, violência escolar e políticas públicas de educação; -Políticas educacionais para diversidade sexual e de gênero: limites e possibilidades para a promoção da equidade social; -Gênero em livros didáticos de história aprovados pelo Programa Nacional do Livro

Didático (PNLD/2014);

-Gênero e diversidade sexual na escola: entre programas educacionais e convicções religiosas

-O Programa Mais Educação face aos desafios para viver as diversidades e enfrentar as desigualdades de raça e gênero na escola: de como aprender a dizer a sua palavra;

-Corpos, gêneros e sexualidades nos objetos educacionais digitais de livros didáticos de biologia PNLD/2015;

-O debate e o impacto da categoria de gênero do Plano Nacional de Educação (2011-2020) na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e na Secretaria Municipal de Educação de Mesquita;

-Questões de gênero e sexualidade na escola: discutindo políticas públicas e formação pedagógica;

-Por que não falar de gênero? A polêmica da ideologia de gênero e os planos municipais e nacional de educação;

-Os movimentos das professoras da educação básica do espírito santo em face às políticas públicas de gênero para a educação.

CATEGORIA (IV) - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais em nível estadual e gênero no contexto brasileiro (cinco produções):

-PIBID de Educação Física/UEM: gênero em debate na formação de professoras/es;

-O discurso midiático da ideologia de gênero e sua ressonância nos planos estadual e municipais de educação do Tocantins;

-Análise de questões de gênero: observações do subprojeto PIBID/Pedagogia;

-Liberdade de gênero e diversidade sexual no contexto das políticas educacionais: um estudo na rede pública de Educação Básica do estado do Acre;

-Relações de gênero no contexto do Programa de Educação Integral (PEI): os desafios dos conteúdos da jornada ampliada.

CATEGORIA (V) - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais em nível municipal e gênero no contexto brasileiro (quatro produções):

-Análise da “ideologia de gênero” no Plano Municipal de Educação de João Pessoa - PB (2015-2025);

-Educação do corpo na perspectiva de gênero: uma análise de projetos públicos de esporte e lazer;

-Gênero e educação escolar: uma análise das políticas públicas no Município de São Luís – MA (2003 – 2014);

-Embates sobre questões de gênero e sexualidade no Plano Municipal de Educação de Santa Maria/RN: o fruto proibido na educação escolar.

CATEGORIA (VI) - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais de currículo e gênero no contexto brasileiro (seis produções):

-Gênero e currículo: problematizando essa relação nos cursos de formação inicial de docentes;

-“Olha, eu fiz o GDE, meu bem!”: uma análise da capilaridade da política pública curricular no curso Gênero e Diversidade na Escola;

-Políticas públicas de currículo e relações de gênero: contributos para a formação e o empoderamento da mulher/menina;

-Política pública educacional como promotora do reconhecimento da diversidade: análise do curso "Gênero e diversidade na escola";

-Discursos sobre gênero na proposta curricular do município de João Pessoa/PB;

Quadro 4 – Categorização das produções acadêmicas sobre Políticas Públicas Educacionais e gênero – Brasil – 2014-2019

-Efeitos discursivos de políticas educacionais de gênero e de diversidade sexual num currículo de formação inicial em Educação Física;
 -Educação Sexual “além do biológico”: problematização dos discursos acerca de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em Biologia.

Fonte: Dados da pesquisa (2020), Apêndice A.

Quadro 5 – Produções acadêmicas que compõem a revisão de literatura dispostas em função da categoria de análise e seus respectivos autores – Brasil – 2014-2019

CATEGORIAS	AUTORES (ANO)
CATEGORIA (I) - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais e gênero pela perspectiva de governo (quatro produções).	Albuquerque (2016); Barreiro (2019); Cavalheiro (2016); Roseno (2017).
CATEGORIA (II) - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais e gênero no contexto da América Latina (uma produção).	Lima (2016).
CATEGORIA (III) - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais em nível nacional e gênero no contexto brasileiro (10 produções).	Bonfim (2017); Candeloni (2017); Celestino (2016); Nunes (2018); Pavani (2015); Pires (2017); Ramalho (2015); Rocha (2015); Santos (2018); Silva (2017a).
CATEGORIA (IV) - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais em nível estadual e gênero no contexto brasileiro (cinco produções).	Gatti (2017); Maia (2017); Mendonça (2018); Oliveira (2018); Silva (2017b).
CATEGORIA (V) - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais em nível municipal e gênero no contexto brasileiro (quatro produções).	Benini Filho (2017); Cavalcante (2017); Pinheiro (2019); Silva (2018).
CATEGORIA (VI) - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais de currículo e gênero no contexto brasileiro (sete produções).	Cruz (2015); Cruz (2019); Lopes (2017); Sampaio (2014); Santos (2015); Santos (2014); Souza (2018).

Fonte: Dados da pesquisa (2020), Apêndice A.

Nas seções seguintes serão expostas uma síntese das produções acadêmicas que compõem cada categoria de análise, bem como uma síntese a respeito das divergências e das convergências encontradas entre todas as publicações analisadas.

4.2.1 Categoria I - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais e gênero pela perspectiva de governamentalidade

As quatro pesquisas que compõem a Categoria I, analisam políticas educacionais federais que abordam as questões de gênero, tendo como foco analítico a governamentalidade. A governamentalidade refere-se à identidade de uma gestão executiva e legislativa específica em uma esfera de governo.

Albuquerque (2016) e Cavalheiro (2016) abordaram o governo federal, enquanto Barreiro (2019) abordou o governo municipal. Os autores desta categoria explicitam em suas pesquisas que a compreensão e a gestão das questões de gênero no âmbito das políticas educacionais por parte de um governo são condicionantes para a manutenção ou para superar as desigualdades de gênero no acesso à educação no Brasil.

Ao analisar se/como as discussões sobre os gêneros e as sexualidades são apresentadas dentro do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (BRASIL, 2012), Cavalheiro (2016) afirma que as temáticas acerca das questões de gênero não foram contempladas nos objetivos do programa. No entanto, o programa dispõe sobre a valorização de especificidades culturais, linguísticas, étnicas e de gênero, o que possibilita a discussão de temas relacionados ao gênero no espaço escolar.

Albuquerque (2016) analisou a relação entre educação e igualdade de gênero presente nas políticas públicas de mulheres do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), atentando-se para a educação. A autora destaca a relação entre mulher e trabalho, a divisão sexual do trabalho, elaborando uma reflexão acerca do papel da educação para a emancipação da mulher trabalhadora. Ela concluiu que as políticas deste governo foram orientadas pela compreensão de que a educação consiste numa ferramenta com potencial para a promoção da superação das desigualdades de gênero no Brasil.

Em sua investigação, Barreiro (2019) analisou como as professoras interpretam os diferentes papéis e performances de gênero das crianças de uma pré-escola, localizada no interior do Estado de São Paulo. Para isso, o autor relaciona estas interpretações com o contexto político municipal e suas medidas legais desenvolvidas para conter ações educativas que promoveriam a equidade das

relações de gênero e sexualidade. Ele discute estas medidas municipais por meio da problematização da ideologia de gênero.

O autor afirma que a pré-escola e a educação infantil consistem num território político de intensas disputas. As professoras participantes da pesquisa, por meio de sua atuação docente, compreendem a existência de uma multiplicidade de gêneros existentes e possíveis diante dos corpos. E, sendo assim, elas se fundamentam em concepções pedagógicas que resistem às orientações educacionais conservadoras apresentadas pelos legisladores e setores municipais.

A dissertação de Roseno (2017) analisou o Movimento Escola Sem Partido instituído por meio da aliança feita entre os setores conservadores para excluir e proibir as políticas educacionais em gênero e diversidade sexual no Brasil. O autor advoga que os discursos do Movimento Escola Sem Partido institucionalizam e normatizam o gênero construindo negativamente o termo "ideologia de gênero" pela postura conservadora.

Roseno (2017) indica que as ações do movimento influenciam a exclusão e a proibição da discussão das questões de gênero na educação brasileira, bem como destaca a inconstitucionalidade das proposições defendidas pelo movimento Escola Sem Partido. Ele enfatiza o papel de uma rede de associações profissionais, entidades sindicais, dos movimentos sociais e dos órgãos nacionais e internacionais para o fortalecimento de uma agenda de políticas educacionais em gênero e diversidade sexual no Brasil.

4.2.2 Categoria II - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais e gênero no contexto da América Latina

A dissertação da Categoria II analisa especificamente as ações realizadas no âmbito das políticas educacionais no Brasil e no Uruguai para o enfrentamento da LGBTfobia. O autor destaca em seu estudo que esta problemática advém, sobretudo, das reivindicações e lutas dos movimentos LGBTs, as quais exercem pressão nos governos para a implementação de políticas em educação que visem assegurar o direito, o respeito e a equidade em relação às diversidades e a população LGBT nos espaços educacionais.

A análise fundamenta-se em teorias pós-estruturalistas e Lima (2016) conclui que: tanto no Brasil como no Uruguai as pessoas LGBTs ainda sofrem exclusões e violência nos espaços educacionais; os dois países abordados passaram por processos de redemocratização, os quais ocasionaram transformações sociais, políticas e econômicas que promoveram a equidade e a justiça social; e, nesses processos, o Brasil e o Uruguai implementaram algumas leis importantes no enfrentamento da discriminação das pessoas LGBTs.

4.2.3 Categoria III - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais em nível nacional e gênero no contexto brasileiro

As produções acadêmicas que compõem a Categoria III, analisam as políticas federais e sua intersecção com as questões de gênero.

A dissertação de Candeloni (2017) analisou as políticas públicas e as práticas escolares relacionadas à diversidade sexual e de gênero na Educação Básica, com o intuito de compreender os limites e as possibilidades das políticas educacionais em relação à diversidade sexual e de gênero no sentido de suas capacidades de reduzir o preconceito e as desigualdades de gênero. O autor evidencia o papel da educação no reconhecimento da diversidade sexual e de gênero e conclui que no Brasil houveram avanços e retrocessos mediados pelas políticas educacionais ao longo dos anos, a partir da segunda metade do século XX até os dias atuais.

Pavani (2015) aborda gênero e raça ao analisar o Programa Mais Educação, no contexto da escola contemporânea no Brasil, onde o acesso à educação consiste em um direito universal. O autor aponta que se faz necessária uma perspectiva emancipatória nas disposições políticas para que haja uma base ideológica capaz de diminuir desigualdades de gênero. A conclusão de Pavani (2015) é que o Brasil está muito longe de ser um país que universalize seus direitos de fato, pois há poucas estratégias no âmbito das políticas educacionais para evitar a existência de opressores e oprimidos.

A publicação de Ramalho (2015) teve como objetivo analisar o debate da categoria gênero presente no PNE 2011-2020. Por meio desta análise, ele desvelou

a maneira como o PNE chega às Secretarias de Educação, como são discutidos por elas e materializados no contexto da prática. Ele concluiu que o PNE (2011-2020) apresenta incoerências com a realidade educacional do país, bem como seus objetivos a respeito das questões de gênero estão distantes das possibilidades do trabalho docente em sala de aula.

Rocha (2015) desenvolveu uma pesquisa que investigou o modo como as práticas pedagógicas que se propõem a discutir gênero em espaços escolares são influenciadas por diferentes diretrizes de políticas públicas de gênero e educação. O objeto de sua pesquisa consiste nos determinantes pedagógicos e políticos nos processos formativos em educação e gênero de bolsistas estudantes de cursos de licenciaturas envolvidas no projeto “Superando e transformando o cotidiano escolar enquanto espaço produtor e reproduzidor de desigualdades sociais e violência de gênero”.

Nesta pesquisa, Rocha (2015) concluiu que os sujeitos de pesquisa demonstraram dificuldades em discutir gênero e sexualidade para além do discurso hegemônico reproduzido pelas várias instituições sociais. E que a formação inicial das licenciaturas aborda as questões de gênero e sexualidade de forma simplista sem contribuir para a formação dos/as professores/as. Para a autora, as políticas educacionais com perspectiva de gênero serão eficazes quando houver coerência entre elas e a realidade nas quais se insere.

A tese de Silva (2017a) teve como objetivo analisar as ações de professoras na constituição das políticas de gênero para a educação, bem como a maneira como estas políticas são implementadas nas escolas de educação básica do Espírito Santo. A autora defende a tese que a atuação pedagógica das professoras revelam a abordagem de gênero em escolas que se relacionam com o movimento feminista e de mulheres no campo acadêmico e social e acadêmico. No entanto, a autora afirma que há a precarização do trabalho docente, a fragmentação na organização do trabalho, a influência da cultura patriarcal, e ações sociais conservadoras que dificultam essa abordagem. O estudo de Silva (2017a) concluiu que há o desenvolvimento de movimentos pedagógicos de gênero nas escolas, promovido pelo avanço das políticas públicas potencializado principalmente pela política pública Gênero e Diversidade na Escola.

Em seu estudo, Nunes (2018) buscou compreender a incidência das convicções religiosas no debate a respeito das temáticas de gênero e sexualidade

nas escolas públicas brasileiras, por meio da análise de seus reflexos na elaboração e impedimento de leis e projetos educacionais. Além disso, a autora traz uma reflexão sobre as ações de grupos laicistas e religiosos no confronto a respeito da inserção dos temas relacionados a gênero e sexualidade na escola pública, destacando a necessidade da construção de uma educação inclusiva que seja capaz de incluir a pluralidade e o respeito às diferenças. A análise de Nunes (2018) explicita que no Brasil existe uma resistência religiosa organizada que tenta interditar a inserção de debates plurais sobre diversidade sexual e de gênero no âmbito das políticas públicas de educação.

As pesquisas de Celestino (2016) e de Pires (2017) analisaram o PNLD. Desde o ano de 1996, a Secretaria de Educação Básica tem a responsabilidade de coordenar e avaliar o conteúdo das obras inscritas no PNLD que atualmente é atualizado a cada três anos (MEC, 2020b). Celestino (2016) apresentou uma análise a respeito da abordagem da categoria gênero em livros didáticos de História dos anos finais do ensino fundamental, aprovados PNLD, em 2014.

Seus resultados indicaram que as coleções analisadas contemplam as questões de gênero em concordância com as disposições legais brasileiras. Além disso, o autor indica que as coleções, em sua maioria, apresentam conteúdos que promovem a superação da desigualdade. No entanto, ele salienta que há lacunas nas coleções a respeito do conteúdo das questões de gênero que necessitam de aprimoramento para o fomento de uma reflexão sobre a inclusão diante da diversidade de gênero.

A publicação acadêmica de Pires (2017) teve como objetivo analisar o conteúdo sobre corpos, gêneros e sexualidades presente nos Objetos Educacionais Digitais (OEDs) de Livros Didáticos Digitais de Biologia aprovados no PNLD em 2015, sobre corpos, gêneros e sexualidades. A autora indica como conclusões principais do estudo que os OEDs: contribuem para a reprodução de estereótipos e binarismo de gênero e sexo; apresentam um conteúdo que normatiza a heterossexualidade e a família nuclear; não explicita o papel ativo das mulheres na ciência; responsabiliza a mulher a respeito da concepção, da contracepção, da gestação, do parto e dos cuidados com os descendentes. Do ponto de vista pedagógico e político, os OEDs mantêm os discursos hegemônicos a respeito das questões de gênero.

Bonfim (2017) e Santos (2018) desenvolveram suas pesquisas com o objetivo de compreender a relação entre as políticas públicas de educação e os casos de violência que em algum nível estão ligadas às questões de gênero. O estudo de Bonfim (2017) teve como objetivo analisar como as políticas públicas para a educação se relacionam com a questão da violência de gênero na educação básica. Seus resultados demonstraram que é comum no âmbito escolar haver dificuldades em abordar questões ligadas ao gênero e a sexualidade, assim como em reconhecer a violência promovida por estas questões. Para a autora as políticas públicas de educação que subsidiam a abordagem dos assuntos ligados a sexualidade e ao gênero no ambiente escolar são insuficientes e incoerentes com o contexto da prática.

Os resultados da investigação de Santos (2018) convergem com os achados empíricos de Bonfim (2017). No intuito de compreender o modo como as questões de gênero são abordadas nos Planos Nacional e Municipais de Educação, especificamente nos municípios de Sorocaba (SP) e Apiaí (SP), a autora concluiu que os Planos não são efetivos para promover o enfrentamento das violências motivadas por questões de gênero no âmbito escolar e que a dificuldade de debate deste problema faz com que o silêncio e o não dito seja a regra.

4.2.4 Categoria IV - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais em nível estadual e gênero no contexto brasileiro

As publicações que compõem a Categoria IV tiveram como foco de análise uma política em nível estadual.

O estudo de Oliveira (2018) abordou as discussões relativas às questões de gênero e à diversidade sexual no contexto das políticas educacionais, especificamente na Rede Pública de Educação Básica do Estado do Acre. Seu estudo revela uma escassez de trabalhos sobre o tema no Estado do Acre, bem como a dificuldade das escolas no desenvolvimento de um diálogo no âmbito escolar sobre o tema. O autor constatou que a Rede Pública de Educação Básica não é contrária à discussão destas questões, no entanto sofrem com a resistência paralela que há por parte de alguns setores conservadores da sociedade. Para

Oliveira (2018), faltam mecanismos legais, técnicos e principalmente pedagógicos que sejam capazes de promover as políticas educacionais igualitárias no combate ao preconceito diante da diversidade de gênero historicamente construído.

A pesquisa de Silva (2017b) teve como objetivo compreender quais são as influências da Política de Educação Integral implementada no estado de Pernambuco diante das desigualdades de gênero. Por meio desta análise, a autora constatou que em relação às questões de gênero os conteúdos se revelaram somente quando as desigualdades se acirraram em sala de aula. Além disso, na jornada ampliada implementada pelo estado de Pernambuco, mesmo as disciplinas destinadas às questões de gênero, estas não foram abordadas, sejam elas questões que emergem do cotidiano da sala de aula ou não. Assim, a autora conclui que o tempo pedagógico, na experiência observada, não é capaz de promover a desconstrução das desigualdades de gênero contribuindo para o aumento das desigualdades.

Maia (2017) desenvolveu sua dissertação tendo como objetivo refletir a respeito da concepção do tema da ideologia de gênero exposta nas mídias jornalísticas regionais do Tocantins a partir da aprovação dos Planos Estadual e Municipais de Educação (2015-2025). Por meio dela, o autor desvelou como estas mídias compreendem e utilizam o termo Ideologia de gênero e apontou as dez formas diferentes entre si empregadas pelas mídias analisadas. Em suma, o autor indica que a utilização da palavra ideologia na terminologia ideologia de gênero denota uma marginalização vinculada à vertente crítica da ideologia. E, assim, sua disseminação denota os movimentos para a construção de um Estado Teocrático no Brasil que desqualifica os conhecimentos científicos que contrariam a concepção religiosa de homem e de mulher.

Em suas dissertações, Gatti (2017) e Mendonça (2018) analisaram as questões de gênero e sexualidade que emergiram no contexto do PIBID. Gatti (2017) verificou a existência da abordagem das questões de gênero e sexualidade no PIBID do Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá-PR. A autora concluiu que este trabalho existe, no entanto não é desenvolvido por meio de uma perspectiva sistematizada, pois a abordagem das questões de gênero pelos integrantes do programa ocorre por afinidade com o tema não sendo obrigatória sua discussão.

Mendonça (2018) realizou sua pesquisa no contexto do PIBID do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Para a autora as questões de gênero emergem naturalmente no contexto da prática do programa nas escolas, inquietando alunos e professores a respeito da abordagem de tais questões. A autora concluiu que os aspectos socioculturais de gênero são absorvidos ou refutados por alunas e alunos no cotidiano escolar e que as crianças apresentam aos professores suas dúvidas e inquietações a respeito da condição de ser sexuado inerente ao humano.

4.2.5 Categoria V - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais em nível municipal e gênero no contexto brasileiro

Na Categoria V as publicações acadêmicas analisam as políticas educacionais e gênero em nível municipal.

Benini Filho (2017), em sua investigação, teve como objetivo a análise dos projetos de Esporte de Lazer e Participação da Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Campinas, contemplados pelo Fundo de Investimentos Esportivos de Campinas, no intuito de compreender o modo como a educação do corpo e as relações de gênero se relacionam nas práticas esportivas. Dentre os resultados encontrados, o autor afirma que âmbito esportivo a educação do corpo é diferente para meninos e meninas. Essas diferenças decorrem de diversos fatores, dentre eles, da forma como são organizadas as competições, das formas de contato permitidas e negadas entre discentes e docentes; das vestimentas esportivas; e das dinâmicas espaciais e hierárquicas.

Em sua tese, Cavalcante (2017) analisou a supressão da superação de disposições a respeito das questões de gênero Plano Municipal de Educação de João Pessoa (PME-JP) - 2015-2025 e no PNE (2014-2024). Para a autora esta ausência de conteúdo a respeito de gênero nas políticas analisadas são o resultado da pressão de grupos fundamentalistas no parlamento e seus aliados. Ela concluiu que apesar de haver respaldo legal, tanto no âmbito nacional, como no municipal, para a discussão de gênero na educação escolar as alianças entre os segmentos

fundamentalistas e partidos políticos estão atuando no impedimento de abordagem deste tema no âmbito da educação.

Em sua dissertação, Pinheiro (2019) investigou como as políticas públicas de gênero foram operacionalizadas pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED de São Luís, no período que compreende os anos 2003 até 2014. A autora concluiu que a SEMED abrange as questões de gênero em suas propostas curriculares, porém são pouco exploradas. Ela sugere que se aprofunde a questão da diversidade, pois compreende que a educação é um campo de confluências na luta pela igualdade de gênero.

Silva (2018) analisou os fatores que levaram à supressão das questões de gênero e sexualidade do Plano Municipal de Educação – PME (2015-2025) de Santa Maria/RN. Como resultado, a autora indicou que duas peças ideológicas levaram à retirada destas questões do PME: o denominado Kit Gay, que designa os materiais do Kit Escola sem Homofobia; e a denominada ideologia de gênero, expressão utilizada por grupos conservadores que designa a oposição ao conceito família de família natural/tradicional advogada por tais grupos.

4.2.6 Categoria VI - Pesquisas que abordaram as Políticas Públicas Educacionais de currículo e gênero no contexto brasileiro

A Categoria VI agrupa as publicações acadêmicas mapeadas que tratam da análise de políticas públicas educacionais em currículo e sua interseção com gênero.

As produções acadêmicas de Cruz (2015), de Santos (2014) e de Souza (2018) analisam a forma como os currículos de formação inicial em licenciaturas abrangem as questões de gênero.

A dissertação de Cruz (2015) analisa os currículos dos cursos de Letras e de Pedagogia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos para compreender como gênero é abordado e como ele funciona como elemento organizador no processo de formação inicial. O autor demonstrou a importância de refletir sobre gênero na formação inicial de docentes, bem como a necessidade da universidade expandir a abrangência da complexidade das relações entre gênero e currículo.

A tese de Santos (2014) investiga a articulação entre as políticas educacionais contemporâneas de gênero e de diversidade sexual e o currículo do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. A autora concluiu que o currículo de formação de professoras/es de Educação Física da UNEMAT se articula às políticas educacionais de gênero e de diversidade sexual. O currículo denota posições a respeito da diversidade e da inclusão social, no entanto, também apresenta alguns discursos da Educação Física tradicional os quais são capazes de produzir uma invisibilidade acerca da diversidade no exercício da sexualidade.

Já a tese de Souza (2018), problematizou a forma como o currículo de licenciatura em Biologia da Universidade Federal de Sergipe – UFS incorpora a educação sexual. Em seu estudo, a autora destaca os limites e as possibilidades que o currículo apresentou diante da complexidade da educação sexual. A inclusão das disciplinas Corpo, Gênero e Sexualidade e Perspectivas culturais no Ensino de Biologia e Educação no currículo de Licenciatura em Biologia da UFS possibilitam a compreensão de gênero e de sexualidade para além da Biologia, denotando um processo político e sociocultural orientado para uma ressignificação da educação sexual para além da compreensão biológica.

As pesquisas de Lopes (2017) e de Santos (2015) abordaram as políticas públicas educacionais que subsidiam o currículo para a Educação Básica com vistas à abrangência das questões de gênero.

O objetivo do estudo de Lopes (2017) foi debater sobre gênero e mulheres no âmbito das políticas públicas de currículo da Educação Básica. Por meio dele, a autora concluiu que as disposições nos documentos oficiais acerca do currículo da Educação Básica brasileira não integram de forma efetiva as orientações presentes nos textos supranacionais acerca dos Direitos Humanos Universais e das Mulheres. Os documentos abrangem timidamente a inserção das demandas relativas às questões de gênero e ao empoderamento da mulher.

Para Santos (2015), o currículo escolar se destaca na construção do que é “ser mulher” e do que é “ser homem” na sociedade. Desse modo, seu estudo teve como objetivo analisar os discursos sobre gênero dispostos na Proposta Curricular do Município de João Pessoa/PB. Partindo do pressuposto de que currículo e gênero são construções discursivas, a autora, por meio de sua análise, destaca o

papel do professor nas diferentes possibilidades na leitura, interpretação e significação da proposta curricular de João Pessoa acerca do gênero.

Por fim, as publicações acadêmicas de Cruz (2019) e de Sampaio (2014) analisaram política pública curricular denominada Gênero e Diversidade na Escola – GDE, destinada à formação docente enquanto uma política de promoção do reconhecimento da diversidade no âmbito educacional atribuídas pelas questões de gênero, de sexualidade e das relações étnicas e raciais.

Em sua tese, Cruz (2019) analisou o desdobramento da política pública curricular denominada GDE que teve o objetivo de gerar transformações sociais enquanto uma política igualitária posta em prática no Brasil a partir de 2003. A GDE subsidiou a formação docente no âmbito da diversidade articuladas às questões de gênero e sexualidade e às relações étnicas e raciais. O objetivo do autor foi desvelar a potencialidade da GDE, e demais políticas curriculares como ela, na promoção da equidade e da inclusão social. Cruz (2019) concluiu que apesar de ataques conservadores a GDE se capilarizou em todas as suas fases, atingindo seus objetivos diante do público alvo.

A dissertação de Sampaio (2014) analisou a implementação da GDE a respeito de sua potencialidade no enfrentamento do preconceito e às formas de discriminação. Em seu estudo, a autora destaca a visão dos gestores públicos, bem como das professoras e professores da rede oficial de ensino do Distrito Federal, sobre a implementação dessa política em seu contexto. Ela concluiu que o GDE, enquanto política pública curricular, teve aspectos positivos, pois promoveu a parceria entre as Universidades e Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, assim como possibilitou a ampliação do debate acerca da diversidade no espaço da sala de aula por meio do reconhecimento do sujeito de direitos.

4.2.7 Síntese analítica das produções acadêmicas que interseccionam Políticas Públicas Educacionais e gênero – Brasil – 2014-2019

Todas as 31 publicações acadêmicas analisadas apresentaram natureza qualitativa e obtiveram dados de fontes documentais. A respeito do referencial teórico empregado nas análises dos autores houve divergências: 29 publicações

foram fundamentadas em teorias pós-estruturalistas, destacando-se as teorias de Bourdieu e Foucault; uma empregou a análise histórica dialética de Marx; e uma apropriou-se da Teoria Crítica-Social de Hegel.

Constatou-se uma variedade de encaminhamentos metodológicos empregados nas pesquisas analisadas pela revisão sistemática de literatura. Dentre as opções metodológicas empregadas destacaram-se: a pesquisa documental; a pesquisa bibliográfica; a revisão de literatura; e o estudo de caso. Assim como também houve uma variedade de instrumentos utilizados para a coleta de dados, sendo os mais empregados: a observação; a entrevista semiestruturada; e o grupo focal.

As posturas epistemológicas explicitadas pelos autores denotam suas interpretações da complexidade da realidade sócio-histórica no contexto em que desenvolveram suas pesquisas. A esse respeito, Tello e Mainardes (2015) destacam que é importante para a qualidade das produções acadêmicas que os pesquisadores explicitem seu posicionamento epistemológico para o desenvolvimento de pesquisas mais coerentes.

As opções metodológicas dos autores explicitaram coerência com a natureza qualitativa das pesquisas, bem como com o referencial teórico empregado. Além disso, estas opções dos autores se demonstraram apropriadas diante do problema e dos objetivos das pesquisas analisadas.

As opções teóricas dos autores, bem como a diversidade no emprego da metodologia, justificam-se ao se refletir a respeito da orientação de Stephen J. Ball sobre a necessidade de articular teorias e metodologias diferentes para se conseguir “desenvolver uma análise mais coerente e articulada do mundo”, pois “[...] toda teoria é, por definição, inadequada [...] limitada pelas posições que assume, as pré-concepções dentro das quais opera” (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 313).

Sendo assim, acrescenta-se que a composição teórica e metodológica para as pesquisas que analisam uma política educacional é heterogênea e pluralista, pois demanda uma diversidade disciplinar e teórica em sua composição. Na presente pesquisa, evidenciou-se que as publicações acadêmicas analisadas articularam os campos da Educação, das Ciências Sociais e Humanas, da Filosofia, dentre outros relevantes.

As pesquisas também demonstraram convergência a respeito da compreensão de política pública educacional. Os autores concordam que a política

pública educacional consiste em uma técnica de governamentalidade diante das demandas educacionais da sociedade.

A respeito da compreensão de gênero, houve três posicionamentos distintos entre as publicações analisadas decorrente da postura epistemológica empregada pelos autores. Os autores que adotaram uma postura pós-estruturalista compreendem o gênero enquanto uma construção cultural e histórica no decorrer do tempo, no qual o corpo e o comportamento são objetos de sujeição. Nesta perspectiva, o gênero consiste em “um elemento constitutivo das relações sociais fundado sobre as diferenças entre os sexos” além de constituir-se como “uma maneira primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Apesar de Sampaio (2014) fundamentar seu estudo a partir da filosofia hegeliana, ela exprime em seu estudo uma compreensão de gênero pós-estruturalista, fundamentando-se nas definições de Scott (1995). Pela análise apresentada pela autora a combinação das teorias empregadas se mostrou coerente.

A outra compreensão de gênero encontrada foi a de Albuquerque (2016), que analisou as políticas públicas por meio do materialismo histórico e dialético de Marx. Sua compreensão de gênero pautou-se no referencial marxista, a partir da sua articulação com a exploração de classe. Para a autora há um claro caráter de classe nas questões de gênero à medida que são concebidas como inseparáveis da luta história da classe trabalhadora como um todo.

Albuquerque (2016) afirma que no Brasil as implicações das desigualdades de gênero são decorrentes da formação histórico-social, marcada pelo patriarcado, capitalista, e que a superação desta realidade de desigualdades tem um limite estrutural.

Estas duas concepções de gênero mostraram-se capazes de gerar reflexões distintas na reflexão a respeito das políticas educacionais e gênero, porém coerentes e relevantes com o contexto no qual as análises foram desenvolvidas pelos pesquisadores. E, sendo assim, concorda-se com Louro (2008, p. 17) quando afirma que “Gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado”.

A análise das produções acadêmicas mapeadas demonstrou várias perspectivas para a análise das políticas educacionais e a interação delas com as questões de gênero. As produções acadêmicas brasileiras que interseccionam gênero e políticas educacionais indicam claramente que “A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais” (LOURO, 2008, p. 18).

E, dessa forma, “É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado” que no âmbito político e governamental da educação, assim como na “Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo” (LOURO, 2008, p. 18).

Diante de tal definição é inegável a possibilidade de analisar como a categoria gênero é abordada no âmbito das políticas públicas educacionais. No entanto, atualmente, ainda se evidencia a realidade indicada por Scott (1995): esse processo muitas vezes é ignorado no desenvolvimento de políticas públicas, assim como nas relações interpessoais no contexto educacional.

Considerando que todo saber gera um poder, o discurso acadêmico tem uma importante atribuição nos debates e na orientação das políticas educacionais. Ao se direcionar a atribuição social da pesquisa acadêmica ao debate político das questões de gênero é possível promover a democratização dos saberes, das práticas e das ações na seara da Educação, por meio da perspectiva da equidade e da inclusão social.

Nesta perspectiva, os saberes acadêmicos desenvolvidos e disseminados por meio das publicações tem a potencialidade de incentivar os debates políticos no âmbito da educação. E, desse modo, são capazes de orientar o desenvolvimento de políticas públicas capazes de promover o reconhecimento da diversidade de gênero e da sexualidade e sua implicação nos processos educacionais, possibilitando a resistência ao preconceito e à exclusão.

Para além do exposto, apesar das possibilidades de desenvolvimento científico no âmbito das políticas educacionais e gênero, considera-se a orientação de Mainardes (2018, p. 187):

No contexto latino-americano podemos considerar que se trata de um campo ainda em processo de institucionalização, construção e afirmação enquanto um campo específico. Em virtude da sua amplitude e do seu

estágio (ainda em processo de consolidação), algumas vezes há certa dificuldade para delimitar os temas e a abrangência desse campo. Isso pode ser observado em publicações (livros, artigos), grupos de pesquisa e eventos que, embora mencionem o termo 'política educacional', 'políticas educacionais', 'políticas da educação', entre outros similares, abordam um conjunto de outras temáticas que se afastam do campo da política educacional.

Conclui-se que as produções acadêmicas brasileiras analisadas na presente revisão de literatura apresentam boas reflexões acerca da realidade no âmbito das políticas educacionais e gênero. No entanto, essa produção precisa ser ampliada, havendo a possibilidade de exploração por meio de diversas perspectivas. Acredita-se que seja essa a atribuição política e social das pesquisas acadêmicas em geral, exercer força às reflexões que sejam socialmente úteis e, assim, que sejam capazes de promover a justiça social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do referencial teórico utilizado para nortear as questões de gênero, explicitadas no Capítulo 2, compreende-se que a oposição binária entre sexos, enquanto regulação do corpo, direciona a compreensão das unidades dos gêneros a partir da oposição heterossexual, que coaduna com as relações de poder vigentes historicamente na cultura ocidental.

Em um contexto de regime político democrático as políticas públicas caracterizam-se como um dos instrumentos de governo. Neste contexto, mais recente ainda é a discussão das questões de gênero nas pautas governamentais para a educação. As discussões em torno da inclusão da diversidade sexual no âmbito da educação se difundiram no país a partir dos anos 1990, considerando a CF/88 como o ponto de partida destas discussões.

Como indicado no Capítulo 2, apesar da recente ‘preocupação’ política no Brasil em abranger as questões de gênero no âmbito das políticas educacionais, o país possui um arcabouço normativo com o objetivo de propiciar um acesso mais equânime e inclusivo à educação no que diz respeito à diversidade de gênero e da sexualidade. No entanto, a análise das produções acadêmicas brasileiras que problematizaram esta temática indica que as políticas educacionais que abrangem a diversidade de gênero ainda são tímidas e incipientes diante do contexto educacional brasileiro.

O diálogo entre o referencial teórico e a legislação brasileira possibilita a compreensão de que as questões de gênero e diversidade são relevantes no âmbito das políticas educacionais uma vez que abrangem aspectos dos sujeitos enquanto seres sociais e subjetivos.

Por meio deste estudo de revisão sistemática de literatura, constatou-se que as publicações acadêmicas brasileiras que interseccionam as políticas públicas de educação e gênero são incipientes. Esta constatação é coerente com o contexto sócio-histórico brasileiro. No Brasil a intensificação dos estudos e das teorizações a respeito das questões de gênero na seara educacional ocorreu a partir da década de 1980, decorrente do processo de redemocratização. E, a partir de 1997, com a publicação dos PCNs, o debate das questões de gênero foram intensificados no âmbito educacional.

Foram mapeadas 31 produções científicas brasileiras que abrangem as questões de gênero e as políticas educacionais, defendidas no período entre os anos 2015 e 2019. Dentre elas, sete teses e 24 dissertações desenvolvidas, em sua maioria, em um Programa de Pós-Graduação em Educação.

O maior número de publicações ocorreu em 2017. O Rio Grande do sul e o Rio de Janeiro correspondem aos estados da federação que concentraram o maior número das publicações acadêmicas mapeadas.

Foram delimitadas seis categorias para a análise das produções acadêmicas inventariadas, de acordo com a especificidade da política pública de educação abordada pela pesquisa. Nesse processo constatou-se que as publicações trataram das políticas, programas e projetos educacionais: no âmbito da governamentalidade; no contexto da América Latina; em nível federal, estadual e/ou municipal; e na área de currículo.

Todas as publicações acadêmicas analisadas apresentaram um estudo de natureza qualitativa e obtiveram dados de fontes documentais. Em sua maioria fundamentaram-se em teorias pós-estruturalistas. A postura epistemológica adotada pelos autores explicitou coerência com a natureza qualitativa das pesquisas, com o referencial teórico empregado, bem como com o objeto e o problema de pesquisa.

As pesquisas concordaram ao compreender a política pública educacional enquanto uma técnica de governamentalidade diante das demandas educacionais da sociedade. A respeito da compreensão de gênero, houve dois posicionamentos distintos entre as publicações analisadas: um pela ótica pós-estruturalista e o outro por meio do marxismo histórico-dialético.

Este estudo indicou que as pesquisas brasileiras acerca da abordagem das questões de gênero pelas políticas educacionais levaram em consideração as questões de gênero e suas especificidades. Estas produções concebem a interação entre política educacional e gênero pela perspectiva da existência da diversidade de gênero e da sexualidade, destacando a política educacional enquanto subsídio para um contexto educacional inclusivo e promotor da justiça social.

As produções acadêmicas analisadas reconheceram a importância da abrangência da diversidade de gênero e sexualidade, apontando que as legislações educacionais brasileiras nesta seara são tímidas diante da complexidade da diversidade. E indicaram, ainda, que as políticas educacionais precisam expandir as

abordagens das questões de gênero e sexualidade diante do contexto social e educacional do país, bem como da América Latina.

Diante de tais constatações, considerando as atribuições social e política das pesquisas acadêmicas, se faz necessário o incentivo para o desenvolvimento de pesquisas que tensionem o debate das políticas educacionais e as questões de gênero na seara da educação brasileira.

As instituições acadêmicas são legitimadas como *lócus* de produção de saberes, destacando-se pela possibilidade de influenciar a legitimação de discursos, incluindo-se os discursos normativos e de governo. Sendo assim, o desenvolvimento de pesquisas que apresentam análises capazes de interseccionar as políticas públicas educacionais e as questões de gênero podem fornecer resultados capazes de subsidiar a (re)orientação de discussões e de ações normativas no sentido de reproduzir ou exercer resistências e/ou mudanças na realidade social.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

BONATTO, Bruna Mayara; GÓES, Graciete Tozetto. Avaliação de políticas e programas educacionais. In: BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Avaliação Educacional: interface de conceitos, termos e perspectivas**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2020. p. 87-96.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, Lei nº 9.294, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Volume 10.5. Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conferência Nacional da Educação Básica**. Documento Final. Brasília: Presidência da República, Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Educação Básica, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: Cepesc; Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.465, de dois de janeiro de 2019.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001.** Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei no 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conferência Nacional da Educação Básica.** Documento Final. Brasília: Presidência da República, Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Educação Básica, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 867, de quatro de julho de 2012.** Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conferência Nacional da Educação Básica.** Documento Final. Brasília: Presidência da República, Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Educação Básica, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) – 2014-2024.** Centro de documentação e informação. Brasília: Coordenação Edições Câmara, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Inversões sexuais. In: PASSOS, Izabel C. Friche. (Org.). **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 91-108.

BUTLER, Judith. **Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2020.

CHAUÍ, Marilena.; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. **Lua Nova**, n.71, p.173-228, 2007.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa.** Campinas: Autores Associados, 2002.

FERNANDES, Domingues. **Avaliar para aprender:** fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: UNESP, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Vinícius Moreira.; BELO, Fábio Roberto Rodrigues. Gênero, sexualidade e o sexual: o sujeito entre Butler, Foucault e Laplanche. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 24, p. 01-15. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado:** Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-moderna. Petrópolis: Vozes, 2014.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa sobre a organização da escolaridade em ciclos no Brasil (2000-2006): mapeamento e problematizações. Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 7-23, 2009.

MAINARDES, Jefferson. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **Laplage em revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 186-201, 2018.

MAINARDES, Jefferson.; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com o professor Stephen J. Ball: um diálogo sobre Justiça Social, Pesquisa e Política Educacional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan.-abr. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Número de pós-graduandos cresce no Brasil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2583-sp-2021081601#:~:text=As%20%C3%A1reas%20com%20maior%20n%C3%BAmero,e%202.893%20no%20mestrado%20profissional.>>. Acesso em: 20 jun. 2020a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **PNLD**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12391:pnld&catid=318:pnld&Itemid=668>. Acesso em: 20 jun. 2020b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Programas e Ações**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes>>. Acesso em: 20 jun. 2020c.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto alegre, v. 2, n. 20, jul./dez. 1995.

SOUZA, José Antonio Correia de. **A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014**. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

TOLEDO, Víctor Manuel. El metabolismo social: una nueva teoría socioecológica. **Relaciones**, Michoacán, v. 34, n. 136, p. 41-71, 2013.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Referências Bibliográficas das Produções Acadêmicas Analisadas

ALBUQUERQUE, Danielle Sampaio. **Educação para superação da desigualdade de gênero no primeiro governo Dilma: uma crítica à luz do marxismo**. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

BARREIRO, Alex. **Legisladores do desejo: uma etnografia das diferenças na educação infantil a partir dos debates da ideologia de gênero**. 2019. 116 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

BONFIM, Thais Resende Araujo Borges. **Relações de gênero, violência escolar e políticas públicas de educação**. 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2017.

CANDELONI, Caroline Fabiane. **Políticas educacionais para diversidade sexual e de gênero: limites e possibilidades para a promoção da equidade social**. 2017. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

CAVALCANTE, Joel Martins. **análise da “ideologia de gênero” no Plano Municipal de Educação de João Pessoa - PB (2015-2025)**. 2017. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

CAVALHEIRO, Ariana Souza. **Gêneros e sexualidades no pacto nacional pela alfabetização na idade certa: discutindo pedagogias culturais e estratégias de governamentalidade**. 2016. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

CELESTINO, Gabriela Santetti. **Gênero em Livros Didáticos de História aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2014)**. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CRUZ, Ederson da. **Gênero e currículo: problematizando essa relação nos cursos de formação inicial de docentes**. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

CRUZ, Thalles do Amaral de Souza. **“Olha, eu fiz o GDE, meu bem!”: uma análise da capilaridade da política pública curricular no curso Gênero e Diversidade na**

Escola. 2019. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FILHO, Flavio de Andrade Benini. **Educação do corpo na perspectiva de gênero: uma análise de projetos públicos de esporte e lazer.** 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

GATTI, Brenda Zarelli. **PIBID de Educação Física/UEM: gênero em debate na formação de professoras/ES.** 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

LIMA, Marcio da Silva. **Políticas de educação que tratam de gênero e sexualidades na América Latina: um estudo sobre Brasil e Uruguai.** 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2016.

LOPES, Francieli Arlt. **Políticas Públicas de Currículo e relações de gênero: contributos para a formação e o empoderamento da mulher/menina** 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2017.

MAIA, Marcos Felipe Goncalves. **o discurso midiático da ideologia de gênero e sua ressonância nos Planos Estadual e Municipais de Educação do Tocantins.** 2017. 271f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, 2017.

MENDONCA, Lilian Cardoso de. **Análise de questões de gênero: observações do subprojeto PIBID/Pedagogia.** 2018. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

NUNES, Janaina Fernandes. **Gênero e diversidade sexual na escola: entre programas educacionais e convicções religiosas.** 2018. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2018.

OLIVEIRA, Paulo Victor Poncio de. **Liberdade de gênero e diversidade sexual no contexto das políticas educacionais: um estudo na rede pública de Educação Básica do estado do Acre.** 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2018.

PAVANI, FABIANE BORGES. **O Programa Mais Educação Face aos desafios para viver as diversidades e enfrentar as desigualdades de raça e gênero na escola: de como aprender a dizer a sua palavra.** 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário La Salle, Canoas. 2015.

PINHEIRO, Suly Rose Pereira. **Gênero e educação escolar: uma análise das políticas públicas no município de São Luís – MA (2003 – 2014).** 2019. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

PIRES, Mayara Cristina de Oliveira. **Corpos, gêneros e sexualidades nos objetos educacionais digitais de livros didáticos de Biologia PNLD/2015.** 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

RAMALHO, Carla Chagas. **O debate e o impacto da categoria de gênero do Plano Nacional de Educação (2011-2020) na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e na Secretaria Municipal de Educação de Mesquita.** 2015. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ROCHA, Natalia Hosana Nunes. **Questões de gênero e sexualidade na escola: discutindo políticas públicas e formação pedagógica.** 2015. 60f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

ROSENO, Camila dos Passos. **Escola Sem Partido: um ataque direto as Políticas Educacionais de Gênero no Brasil.** 2017. 91f. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares) – Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2017.

SAMPAIO, Maria Das Dores. **Política pública educacional como promotora do reconhecimento da diversidade: análise do curso "Gênero e diversidade na escola".** 2014. 137f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência) – Centro Universitário Euro-Americano, Brasília, 2014.

SANTOS, Gabriela Maria dos. **Discursos sobre gênero na proposta curricular do município de João Pessoa/PB.** 2015. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Gabriela Campos dos. **Por que não falar de gênero? A Polêmica da ideologia de gênero e os Planos Municipais e Nacional de Educação.** 2018. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SANTOS, Luciene Neves. **Efeitos discursivos de políticas educacionais de gênero e de diversidade sexual num currículo de formação inicial em**

Educação Física. 2014. 161f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SILVA, Erineusa Maria da. **Os movimentos das professoras da Educação Básica do Espírito Santo em face às políticas públicas de gênero para a educação.** 2017. 235f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017a.

SILVA, Fernanda Cavalcante da. **relações de gênero no contexto do Programa de Educação Integral (PEI): os desafios dos conteúdos da jornada ampliada.** 2017. 281f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2017b.

SILVA, Jansen Carlos Vieira da. **Embates sobre questões de gênero e sexualidade no Plano Municipal de Educação de Santa Maria/RN: o fruto proibido na educação escolar.** 2018. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SOUZA, Elaine de Jesus. **Educação Sexual “além do biológico”:** problematização dos discursos acerca de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em Biologia. 2018. 208f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.